

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA RITA TAQUES MICHALSKI

MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL DE CURITIBA: UM ESTUDO  
SOBRE REDE DE APOIO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL - ODS

MATINHOS

2022

MARIA RITA TAQUES MICHALSKI

MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL DE CURITIBA: UM ESTUDO  
SOBRE REDE DE APOIO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL - ODS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, do Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Profº Dr. Rodrigo Horochoviski  
Coorientador: Profº Dr. Alexandre Hamilton Oliveira Santos

MATINHOS  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

M621m Michalski, Maria Rita Taques  
Mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba: um estudo sobre Rede de Apoio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS / Maria Rita Taques Michalski ; orientador Rodrigo Rossi Horochovski. – 2022.  
82 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2022.

1. Sistema prisional feminino. 2. Mulheres prisioneiras - egressas 3. Políticas públicas. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 365.43



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MARIA RITA TAQUES MICHALSKI** intitulada: **Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba: um estudo sobre Rede de Apoio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 26 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

10/10/2022 11:03:00.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

20/10/2022 17:14:10.0

IRES APARECIDA FALCADE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/10/2022 14:19:57.0

RODRIGO ARANTES REIS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

---

RUA JAGUARIÁVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil

CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 225965

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaocassinaturas.jsp> e insira o código 225965



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

ATA Nº125

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas, na sala de reuniões, Proec - Curitiba, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **MARIA RITA TAQUES MICHALSKI**, intitulada: **Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba: um estudo sobre Rede de Apoio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), IRES APARECIDA FALCADE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), RODRIGO ARANTES REIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 26 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

10/10/2022 11:03:00.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

20/10/2022 17:14:10.0

IRES APARECIDA FALCADE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/10/2022 14:19:57.0

RODRIGO ARANTES REIS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RUA JAGUARIÁVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil  
CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 225965

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaocassinaturas.jsp>  
e insira o código 225965

Dedico este trabalho aos meus filhos; Carlos Alberto e Maria Júlia minhas crias mais importantes. E amig@s que fazem parte da minha rede de apoio e tecem comigo redes de solidariedade.

## AGRADECIMENTOS

Nos agradecimentos, pensei em ser genérica e formal. Mas não seria eu. E também estou tratando exatamente disso: minha pesquisa sobre REDE de apoio. Aqui está uma parte da minha rede de apoio nestes últimos dois anos. Com todo coração ao meu amigo - padrinho Y. Shimizu, servidor; professor da UTFPR, que partiu fisicamente desta terra em março de 2010, agradeço porque foi determinante na minha decisão em me arriscar na vida acadêmica, e incentivando a fazer \*uma tardia faculdade\* e iniciar assim os estudos que trariam a possibilidade de estar aqui dissertando no PPGDTS/UFPR sobre redes de apoio. Agradeço também ao professor da UFPR, o médico Dr. Joaquim Monte, que traçou as primeiras linhas do que seria a história da freira e da cigana (livro que começou a escrever e não deu tempo de terminar), tendo muito a dizer sobre aquela jovem ousada de 27 anos, que entrou como recepcionista numa Universidade Federal, e que anos depois, por sua habilidade, coordenava doutores em projetos de desenvolvimento das pessoas, muito por estímulo dele. Também à Maria Otávia (que tombou pela COVID-19, por falta de vacina, que não chegou a tempo), amiga-irmã, como ela me dizia, que, como Shimizu, elogiava meus rabiscos e rascunhos, incentivando a escrita onde nem eu acreditava. Hoje, com esse chão criado por eles, eu caminho em direção a essa publicação. Falando em chão, agradeço a minha ancestralidade, que abriu caminhos nesta terra para eu chegar e defender minhas ideias. Do lado Taques, representada pela tia Regina que fez o papel de me acolher, suas orações e carinho, E do lado Michalski, meu tio Tomás. À minha irmã Ana, pelos cafés da manhã e à nossa segunda chance. Agradeço a rede MOANE, que me estimulou a reativar o Projeto MEL: Mulheres Empreendedoras e Líderes, e abrir portas mentais para que eu pudesse ter meu primeiro certificado como aluna formal da UFPR, especialista em Alternativas para Educação. Agradeço, em especial, a Juliana Garcia que me incentivou muito a me inscrever para a seleção do Mestrado e é minha querida irmãzinha desde que a (re)conheci e seu marido Leandro Mibayashi. E a Raquel dos Santos e Rosângela Gehrke Seger, que deram palpites fundantes para o projeto inicial. Sem dúvida, a coragem de marchar não existiria sem estas pessoas e seria apenas aspiração do meu coração e, como inúmeros projetos meus, ações sem registro científico. Agradeço aos professores do mestrado PPGDTS, mas quero destacar as devolutivas da professora Adriana Lucinda, que tomou tempo e carinho

para me auxiliar. Agradeço com a mais profunda consideração ao professor Rodrigo Horochoviski, que me aceitou como orientanda. Eu, toda errática, sem base teórica, cheia das ideias tipo Emília, de Lobato. E foi orientador sem cortar meus sonhos de registrar essa experiência da REDE de mulheres que apoiam umas às outras. Agiu como parceiro preciso, até este momento, e nos momentos essenciais me conduziu e ensinou. Agradeço aos colegas de trabalho que seguraram as pontas para eu dedicar este ano aos estudos e pesquisas. À Professora Maria Virgínia e Sandro, gestores e apoiadores, que reconheceram com sua liberação um direito que eu tinha de uma vida trabalhando na UFPR. Agradeço meu amigo Alexandre Hamilton, que me ajudou com entendimento sobre o debate das políticas públicas de Estado e a segurança. Também, entender mais sobre amizade, lealdade e que sim, espiritualidade e ciência podem frequentar a mesma cabeça no mesmo grau de excelência. Agradeço a Lúcia, psicóloga da casa IV UFPR, que ao longo deste tempo tem sido o meu ouvido amigo, e pelo seu profissionalismo me ajuda a entender os desafios imensos que estão nos bastidores neste último ano, principalmente no mundo do *strictu sensu*, me ajudando a suportar a transição e mudanças de casa por conta da destruição do meu apartamento. Falando nisso, não posso deixar de mencionar a Domenica Sayuri Kawase e seu apoio com a linda casa que nos acolheu como um barquinho neste tempo de tempestade. Quero agradecer o grupo de acolhimento do Instituto Vita Alere. Agradeço a minha amiga e parceria de luta na extensão, professora da UFPR Maria do Carmo que, literalmente, assumiu minhas ideias e caminhou ao meu lado, dando apoio e protegendo nosso MEL. Agradeço a todas as mulheres do Projeto de extensão MEL, da UFPR e às voluntárias. Agradeço à Marilu Costa que conheci por parceria de trabalho no DEPEN, mas pela admiração que está no coração. Falando em coração? Agradeço a Tomoe Mitsuhashi, Marisete Ribeiro, Tami Seitz, Silene Andrade, Marcia Schuler, Olivia e a Jéssica, Cássia Guimarães, Jane, Annie, Gur Sandesh pela presença como irmãs que foram neste tempo; com destaque a professora Iria Zanoni Gomes que ajudou a correção final. Agradeço a toda a REDE de mulheres amigas que me apoiam, por compartilharem seu tempo, solidariedade e amor. Também as mulheres egressas do sistema prisional na Jornada de Desenvolvimento de Mulheres da UFPR, pela confiança e por suas histórias de vida comigo. Agradeço o apoio da minha família nuclear (que inclui o carinho do genro querido Luiz Fontes) e meus

filhos queridos, a quem dedico tudo que faço, meus amores maiores, Carlos e Júlia.  
A todos o meu melhor sentimento, que é a gratidão!

Com licença poética [Adélia Prado]

Quando nasci um anjo esbelto,  
desses que tocam trombeta, anunciou:  
vai carregar bandeira.  
Cargo muito pesado pra mulher,  
esta espécie ainda envergonhada.  
Aceito os subterfúgios que me cabem,  
sem precisar mentir.  
Não sou feia que não possa casar,  
acho o Rio de Janeiro uma beleza e  
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.  
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.  
Inauguro linhagens, fundo reinos  
— dor não é amargura.  
Minha tristeza não tem pedigree,  
já a minha vontade de alegria,  
sua raiz vai ao meu mil avô.  
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.  
Mulher é desdobrável. Eu sou.  
Bagagem (1976)

## RESUMO

A dissertação intitulada "Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba: um estudo sobre a Rede de Apoio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS" tem como objetivo compreender o mapa da rede de apoio às mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba, constituiu-se como um satélite em torno do Escritório Social-DEPEN, e analisar a intersecção das políticas de assistência social das organizações que fazem parte desse tecido político-institucional, relacionando-o com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Para responder ao desafio lançado, a pesquisa pavimentou um caminho metodológico que se caracterizou por fazer pesquisas do tipo estudo de caso, com abordagem quali-quantitativa e técnicas de mensuração com a realização de observação (visitas ao sistema prisional e algumas instituições que atendem mulheres egressas e escuta de alguns relatos de pontos focais) e aplicação de questionários (aplicação de instrumento de coleta de dados aos pontos focais da rede, contendo questões objetivas e subjetivas). Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem quali-quantitativa para análise de redes, com auxílio dos softwares OpenRefine e Gephi. Para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento um questionário elaborado na plataforma Google Forms, que continha 15 (quinze) questões e 1 (uma) solicitação de indicação de 5 instituições. Todo o estudo foi concebido sob a égide da afirmação social das Nações Unidas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2019), cuja proposta preconiza, entre outros aspectos, a promoção da equidade de gênero, respeito às diferenças e emancipação social e a busca pela sustentabilidade socioeconômico-ambiental. Ao olhar para a Rede de Apoio à Mulher Egressa do Sistema Prisional de Curitiba, verificou-se que a referida rede não existe de fato, mas também evidenciou a desarticulação das instituições envolvidas no atendimento às egressas. Portanto, a pesquisa pode inferir que o atendimento às mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba demanda a criação de uma rede que, além de proporcionar, por meio das instituições, concretude e acesso integral aos direitos previstos em lei, deve oferecê-las de forma interligada aos ODS. Para tanto, propõe-se ao final, a articulação de uma rede, listando as instituições, políticas e também os ODS que cada órgão/entidade pode assumir no processo, para obter um painel de análise intersetorial de políticas para priorização de investimentos em ações do município, para reduzir as disparidades sociais, ambientais e econômicas que contribuem para a geração do crime, bem como diagnosticar vocação e potencial para a gênese do crime.

**Palavras-chave:** Mulheres Prisioneiras Egressas. A intersecção das Políticas Públicas. Redes de apoio. Sistema Prisional Feminino. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## ABSTRACT

The dissertation entitled "Women Egresses of the Prison System of Curitiba: a study on Support Network and the Sustainable Development Goals - SDGs" aims to understand the map of the support network for women egresses of the prison system of Curitiba, It was constituted as a satellite around the Social Office-DEPEN, and analyze the intersection of the social assistance policies of the organizations that are part of that political-institutional fabric, relating it to the Sustainable Development Goals - SDGs. To meet the challenge that was launched, the research paved a methodological path that was characterized by doing research of the type of a case study, with a qualitative-quantitative approach and measurement techniques with the realization of observation (visits to the prison system and to some institutions that attend to women egresses and hearing of some reports of focal points) and use of questionnaires (application of data collection instrument to focal points of the network, containing objective and subjective questions). This is an exploratory study, with a quali-quantitative approach to network analysis, with the help of OpenRefine and Gephi software. For data collection, a questionnaire made on the Google Forms platform was used as an instrument, which had 15 (fifteen) questions and 1 (one) request for an indication of 5 institutions. The entire study was conceived under the aegis of the United Nations' social affirmation of the 2030 Agenda for Sustainable Development (UN, 2019), whose proposal advocates, among other aspects, the promotion of gender equity, respect for differences, and social emancipation and the search for socio-economic-environmental sustainability. When looking at the Support Network for Women Egresses from the Prison System of Curitiba, it was found that the aforementioned network does not actually exist, but also made evident the disarticulation of the institutions involved in the service to the egresses. Therefore, the research can infer that the service to women released from the prison system of Curitiba demands the creation of a network that, in addition to providing, through institutions, concreteness and full access to the rights provided by law, must offer them in an interconnected way to the SDGs. To do so, it is proposed at the end the articulation of a network, listing the institutions, policies, and also the SDGs that each body/entity can assume in the process, to obtain an intersectoral analysis panel of policies for prioritizing investments in public actions of the municipality, to reduce social, environmental and economic disparities that contribute to the generation of crime, as well as diagnosing vocation and potential for the genesis of crime.

**Keywords:** Women Egressed Prisoners. The intersection of Public Policies. Support networks. Female Prison System. Sustainable Development Goal (SDG).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — 17 ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável .....	40
Quadro 1 — Categorias de Análise .....	50
Gráfico 1 — A instituição em que você colabora já tem/planeja executar ações direcionadas ao público de mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba?..	53
Gráfico 2 — Há alguma ligação entre a instituição que você representa e o Escritório Social/DEPEN de Curitiba?.....	54
Gráfico 3 — As dificuldades em prestar apoio as egressas .....	55
Gráfico 4 — Fontes de financiamento para as Ações de Apoio as Egressas.....	55
Gráfico 5 — A instituição atende a algum Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?.....	56
Gráfico 6 — ODS atendidos pelos respondentes .....	57
Gráfico 7 — Atores e ODS - Grafo Bimodal .....	58
Gráfico 8 — Rede unimodal das instituições agrupadas por ODS.....	59
Gráfico 9 — A rede proposta .....	66

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNDM	Conselho Nacional de Direitos das Mulheres
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
DEM	Delegacia Especial da Mulher
DEPEN	Departamento Penitenciário
EUA	Estados Unidos da América
FAS	Fundação de Ação Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MEI	Microempreendedor Individual
MEL	Mulheres empreendedoras e Líderes
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PM PR	Polícia Militar do Paraná
PPGDTS	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial
Sustentável	
SNIG	Sistema Nacional de Informações de Gênero
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
UFPR	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	23
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS .....	27
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E AS EGRESSAS DO SISTEMA CARCERÁRIO 30	
2.3	OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	36
2.4	REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA GOVERNANÇA .....	41
3	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	47
4.	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b> .....	52
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	67
	APÊNDICE A — Questionário de Pesquisa.....	72
	<b>ANEXO 1 — PROGRAMA TERTÚLIA: JORNADA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL PARA POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ - 13BT</b>	
	791	
	<b>ANEXO 2 — FOTOS DA REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA</b>	
	79	
	<b>ANEXO 3 — CARTA AO JUDICIÁRIO DESCRIVENDO ATRIBUIÇÕES DO ESCRITÓRIO SOCIAL</b>	
	79	

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central o mapeamento da rede de apoio às mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba e sua intersecção de políticas públicas de assistência social com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Mulheres egressas do regime fechado em Curitiba, são oriundas, com raríssimas exceções, da penitenciária feminina do Paraná, que é uma unidade prisional de segurança máxima, destinada às pessoas privadas de liberdade, provisórias e condenadas. Foi Inaugurada em 13 de maio de 1970, possui capacidade para 406 PPLs, segundo dados apresentados pela diretora do presídio feminino localizado em Piraquara.

São originárias, também, do Centro de Integração Social (CIS), que é uma unidade prisional caracterizada como unidade de progressão (UP). Esta já se caracteriza como estabelecimento de segurança mínima.

O primeiro interesse pela temática "Desenvolvimento" decorreu da trajetória profissional da autora como servidora da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e desua experiência em Desenvolvimento de Pessoas e Terapias Integrativas, desde a década de 1990, utilizando a tecnologia social "Jornada de Desenvolvimento Pessoal". A Jornada produziu 16 edições, realizadas com o treinamento do HC - Hospital de Clínicas e, posteriormente, com a PROGEPE – UFPR, para os servidores. E a aproximação com a temática do desenvolvimento ligado à segurança pública foi despertada em um projeto da jornada para policiais militares, realizado junto ao 13º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, como demonstra documento descrito no anexo 1.

O estudo sobre redes surgiu como interesse de pesquisa quando a autora foi idealizadora e auxiliou na implantação da Rede de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública no Estado do Paraná, através da ESAF/Ministério da Fazenda (MICHALSKI, 2017), nos anos de 2012 a 2018. Buscando aprofundamento teórico sobre o assunto,foi cursar a disciplina isolada de estudo de REDES, no PPGDTS, na UFPR litoral.

A motivação para aprofundar estudos sobre redes de mulheres, em nível *stricto sensu*, advém de experiências realizadas em projetos de capacitação em gestão, liderança e empreendedorismo, desenvolvimento pessoal e saúde, voltados

à temática de gênero, onde a autora pôde vivenciar as dificuldades enfrentadas diariamente por mulheres; e, também pela vivência, em uma década, como dirigente de pessoal em instituições públicas federais. Outra motivação foi sentir que, apesar de muitos trabalhos realizados na extensão universitária, faltava fundamentação teórica, que a pesquisa neste mestrado acadêmico trouxe, completando assim a integração: Pesquisa, Ensino e Extensão.

Com o momento de pandemia da COVID-19, iniciado em março de 2020, esta autora ficou motivada a se debruçar sobre o estudo das redes de apoio às mulheres, cujas reflexões nasceram tendo como ponto focal a situação de subsistência, na qual vivem grande parte das mulheres empobrecidas, em especial, as mulheres egressas do sistema prisional. Essas mulheres, em sua maioria, vêm de condições sociais precárias, com pouca qualificação para o trabalho, o que as desqualifica para a disputa de emprego e renda. Esta reflexão foi determinante para a escolha do escopo do estudo sobre a rede que apoia essas mulheres e sobre os benefícios de ações decorrentes de acolhimento em uma rede articulada e estruturada, para apoiá-las na saída do regime fechado, a partir de políticas públicas voltadas para a vida pessoal, profissional e social.

Essas reflexões tiveram um reforço como convite para que o projeto de extensão MEL – “Mulheres Empreendedoras e Líderes” na UFPR, coordenado pela autora, atuasse junto ao DEPEN/Escritório Social de Curitiba, utilizando as ações acima citadas como base metodológica para a criação da “Jornada de Desenvolvimento de Mulheres Egressas do sistema prisional de Curitiba”. Deve-se mencionar que no projeto de extensão MEL as ações são oferecidas por participantes voluntárias, vindas de suas práticas e de várias ideias e subprojetos, que mulheres trazem como pauta de interesse a cada ano para compor as atividades de extensão. A participação e contribuição da autora, neste tempo, foi de oferecer coordenar o curso de extensão: Jornada para mulheres egressas. Essa experiência de coordenar a jornada, iniciada em 2021, junto ao DEPEN/Escritório Social, serviu como aproximação do cotidiano do Escritório Social e de profunda conexão com a história de vida das mulheres egressas do sistema prisional.

Na primeira etapa da jornada, realizada pela UFPR em parceria com Escritório Social, deparou-se com uma questão persistente: Fazendo um mestrado na área de desenvolvimento sustentável, o que significa desenvolvimento para essas mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba?

Um autor importante para a compreensão do conceito de desenvolvimento que dá fundamento a este estudo é SEN. A pesquisa bibliográfica de base da seleção do programa PPGDTS, permitiu que entrasse em contato com a concepção de desenvolvimento como liberdade, utilizada por Sen (SEN,1999). Segundo o autor, o objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas. Ao se instituírem disposições institucionais apropriadas, os papéis instrumentais de tipos distintos de liberdade precisam ser levados em conta, indo-se além da importância fundamental da liberdade global dos indivíduos (SEN, 1999, p. 71), para uma concepção de liberdade como exercício da cidadania.

Neste sentido, o autor enfatiza que para que ocorra uma efetiva emancipação do ser humano é necessário transpor o mínimo de condições para a subsistência humana. A verdadeira emancipação implica usufruir dos direitos civil-políticos, participar da cadeia econômica, ter acesso a informações e compreender assuntos voltados à transparência na gestão pública, além do acesso a serviços de educação e saúde (SEN, 1999).

Neste aspecto, Sen (1999) trata como liberdade política as múltiplas liberdades de expressão e eleições livres, como forma de promover a segurança econômica. Além dos direitos políticos, os demais direitos civis decorrentes são de extrema relevância, como as garantias ao exercício da cidadania, a possibilidade de fiscalizar e denunciar atos de governo, a liberdade de organização e atuação como força opositora ao governo ou autoridades, sem sofrer perseguições ou represálias, aliados ao exercício da imprensa livre.

Pela perspectiva seniana, portanto, é importante vislumbrar as oportunidades sociais no sentido do acesso à saúde e à educação como forma de desenvolvimento humano, fatores essenciais na formação do indivíduo como pessoa, qualificação profissional, capacidade de disputa, possibilidade de exigir seus direitos e fazer prevalecer o exercício de suas garantias constitucionais, o que, por consequência, fomenta o desejo de maior participação na vida política, o que está diretamente ligado à capacidade de retomar a vida, a renda e usufruir da vida em liberdade.

Essa concepção de liberdade oportunizou a esta autora reflexões acerca da seguinte questão: **as egressas, quando saem do cárcere fechado, usufruem verdadeiramente de liberdade?**

Outro aspecto que esteve como base na escolha do objeto de estudo foi a percepção, em várias reuniões com representantes de instituições ligadas ao trabalho com egressas, de que se sabia que havia instituições que apoiavam as mulheres egressas em Curitiba, mas não se conhecia o número efetivo dessas instituições que apoiavam essas mulheres. Significava, portanto, que não se tinha conhecimento claro sobre número de ações, atores, atividades e Instituições/Organizações que apoiam essas mulheres.

Em razão dessa situação, algumas questões foram suscitadas:

**Como as mulheres que saem do regime fechado são amparadas ou apoiadas pelas instituições/organizações que as acolhem? Quais políticas públicas as atendem nesta etapa de reinserção e retorno social? Quais seriam as capacidades necessitadas de apoio para serem habilitadas para o mercado de trabalho no processo de ressocialização? Quais são as Instituições/organizações que apoiam essas mulheres egressas? E se seu número é significativo, poderia se dizer que existe uma rede de apoio na saída do regime fechado?**

Atualmente, existe uma política nacional de apoio às pessoas egressas do sistema prisional protagonizada pelo programa “Fazendo Justiça”. O programa “Fazendo Justiça” é a nova fase da parceria de sucesso entre o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para a superação de desafios históricos que caracterizam a privação de liberdade no Brasil. O programa segue, ainda, com importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional. Com liderança do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ), a partir do legado construído pelo programa Justiça Presente, o “Fazendo Justiça” incide em diversos momentos do ciclo penal e do ciclo socioeducativo. Também aposta no diálogo interinstitucional e na construção de soluções customizadas e colaborativas, considerando as diferentes realidades locais ([CNJ.jus.br](http://CNJ.jus.br) 2022).

O programa “Justiça Presente” visa melhorar as condições de cumprimento de penas e medidas socioeducativas, como também ampliar as políticas para pessoas egressas no Brasil. Um dos eixos do Programa trata dos “Subsídios para a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade no

sistema prisional” e se dedica, dentre outras ações, à construção de uma política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional, no bojo da qual se insere o fomento à instalação de Escritórios Sociais nas unidades federativas.

A gestão é compartilhada entre os Poderes Judiciário e Executivo e tem como objetivo o acolhimento e encaminhamentos das pessoas egressas, monitoradas e em cumprimento de alternativas penais do sistema prisional para as políticas públicas existentes, de forma articulada, intersetorial e interinstitucional.

No final do ano de 2019, balizada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, inicia-se a proposta de reestruturação da política para o meio aberto, dessa vez propondo a união dos poderes Judiciário e Executivo e reconhecendo o Escritório Social como “equipamento de atendimento” a egressos do sistema prisional.

Os Escritórios Sociais são equipamentos públicos, impulsionados pelo CNJ desde 2016, que apostam na articulação entre Judiciário e Executivo para oferecer serviços especializados a partir do acolhimento de pessoas egressas e seus familiares, permitindo-lhes encontrar apoio para a retomada do convívio em liberdade civil. Desde 2019, o CNJ vem trabalhando em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e colaboração do Departamento Penitenciário Nacional, pela qualificação e expansão dos Escritórios Sociais em todo o país. A ação tem o importante apoio de tribunais de todo o país, que atuam de forma colaborativa com poderes públicos locais e outros atores relevantes mobilizados em rede (CNJ 2021).

A proposta do Escritório Social é reunir em um mesmo local atendimentos e serviços para dar suporte àqueles/as que estão em monitoramento eletrônico, abrangendo diversas áreas, como: escolaridade, atendimento psicossocial, capacitação profissional, encaminhamento ao mercado de trabalho, assistência jurídica, regularização da documentação civil e encaminhamento a Instituições/Organizações de apoio.

O Escritório Social em Curitiba e Região Metropolitana foi inaugurado em 06 de junho de 2017, através do Decreto 7099. Foi o segundo Escritório Social a ser criado no país e presta assistência inicialmente às pessoas em monitoração eletrônica do sistema prisional de Curitiba e Região Metropolitana. A iniciativa faz parte do projeto “Cidadania dos Presídios”, do Conselho Nacional de Justiça.

No Escritório Social de Curitiba, o Patronato Penitenciário do Paraná e a Central Integrada de Alternativas Penais encontram-se instalados no Complexo

Social, que foi implementado na data 09/07/2019, por meio da Portaria nº 72 do DEPEN. A responsabilidade do planejamento, organização e execução de todas as atividades relacionadas à ressocialização dentro do sistema penitenciário é atribuída ao Complexo Social, um equipamento público de acordo com o Art. 3º, que inclui, também, os presos das Unidades de Progressão. Há quatro anos em atividade, o Escritório Social permanece em constante processo de reestruturação.

Importante mencionar que a implantação aqui no Paraná do Programa “Fazendo Justiça”, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é voltado à superação de desafios estruturais que caracterizam a privação de liberdade no Brasil. Neste sentido, foi apresentada em 30/08/2021 a pesquisa objeto dessa dissertação, proposta feita em reunião presencial à equipe do Complexo Penal e Escritório Social/DEPEN) (Fotos da reunião de apresentação da pesquisa no Anexo 2).

No momento em que foi realizada esta pesquisa, o Escritório Social de Curitiba encontrava-se sem diretor, o que gerava descontinuidade dos programas, comprometendo a possibilidade dessa política pública chegar ao público-alvo. Embora isso ocorresse, houve o reconhecimento, pelo Sistema Jurídico, da importância do Escritório Social e das funções desse equipamento quando foi informado em cada processo de liberação das participantes ao meritíssimo juiz da comarca de Curitiba (Anexo 3), para liberar participantes da jornada de desenvolvimento pessoal de mulheres egressas do sistema prisional, cita as atribuições do Escritório Social, parceiro desta ação de extensão da UFPR, fazendo a liberação baseada em suas atribuições.

Feitas essas reflexões, foi possível definir o problema deste estudo:

### **Existe uma rede que apoia as mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba em seu retorno à convivência social?**

Se existe, mapear esta rede, identificar suas unidades focadas nos “nós”, para análise e observação, e estabelecer o tipo de relação que têm entre si e com o Escritório Social e sua conexão com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Definido o problema, estabeleceu-se o escopo da presente pesquisa, o que permitiu compreender melhor a dinâmica da reinserção social das mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba.

Para saber se existe uma rede de Instituições/organizações que apoia as egressas do Sistema Prisional de Curitiba, e quem faz parte dela, a pesquisa norteou-se por três questões. São elas:

**- Quais são e como atuam as organizações/instituições que apoiam as egressas do sistema prisional de Curitiba?**

**- Como a atuação dessas organizações/instituições se relaciona com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS?**

**- Em que medida as organizações/instituições se articulam em rede?**

Como decorrência dessas questões, foram definidos os objetivos deste estudo.

### 1.1 OBJETIVO GERAL

Mapear as organizações/instituições que apoiam as egressas do Sistema Prisional de Curitiba, identificando se elas estão articuladas em rede e estabelecendo qual o grau de consonância de suas ações de apoio com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e sua intersecção com políticas públicas de assistência social.

### 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear as Instituições/Organizações que apoiam as egressas do Sistema Prisional de Curitiba;

-Caracterizar as ações e iniciativas dessas Instituições/Organizações, que compõem ou não uma rede de apoio às egressas do sistema prisional de Curitiba;

- Se existe a rede, identificar como ela se integra à política pública de assistência social;

- Mapear a estrutura institucional da rede de organizações que integram a política pública de assistência social, identificando esta integração por área (saúde,

qualificação, encaminhamento profissional, atendimento psicossocial, assistência jurídica e regularização de documentação civil e demais itens que se fizerem necessários) e por tipo de organização (pública, privada ou terceiro setor).

O presente estudo orientou-se pelas seguintes hipóteses:

H1 – Existe um número expressivo de Instituições/Organizações que apoiam as egressas do sistema prisional de Curitiba, e a sua atuação, no que se refere as políticas públicas de atendimento a este público, está focalizada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

H2 - As Instituições/Organizações que apoiam as egressas do sistema prisional de Curitiba articulam-se entre si, formando uma rede densamente conectada.

H3 – Existe um número expressivo de Instituições/Organizações que apoiam as egressas do sistema prisional de Curitiba, mas não existe uma articulação visível entre elas.

Sob ponto de vista da organização do texto, o trabalho possui cinco capítulos, coma seguinte estrutura:Capítulo I - Introdução, apresentação da pesquisa e percurso da pesquisadora, temática, definição do problema, objetivos e hipóteses;Capítulo II - Referencial Teórico;Capítulo III - Aspectos Metodológicos;Capítulo IV - Apresentação e Discussão de Resultados; e,Capítulo V - Considerações Finais.Nas considerações finais é apresentada uma síntese dos dados obtidos na pesquisa e, a partir dos limites identificados, faz-se algumas inferências, entre elas aponta-se para a necessária continuidade da investigação sobre a temática tratada neste estudo.

Fazem parte ainda desta dissertação as referências bibliográficas, um apêndice, com o questionário utilizado e os anexos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo discorre sobre os principais conceitos que deram suporte à análise da temática deste estudo: “Mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba: um estudo sobre a rede de apoio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS”. Para tanto, foram consultados textos que tratam das políticas públicas, desenvolvimento sustentável, redes, conceitos e sua aplicabilidade no apoio às mulheres que já tenham cumprido seu tempo de cárcere fechado.

A consulta foi realizada ao banco de teses e dissertações, a artigos científicos, à bibliografia específica e a legislações disponíveis relacionadas à questão de pesquisa. Assim, para além da legislação e documentos pertinentes ao tema, o aporte teórico-metodológico foi elaborado tendo como referência as produções dos seguintes autores: Sen (1999), Castells (2005) Maslow (1954); Secchi (2014); Fontes (2014); Warren (2006); Gil (2017), Falcade (2020). Esses autores, entre outros, fundamentaram o referencial teórico deste estudo, subsidiando a construção dos fundamentos que norteiam a análise dos dados, coletados pelos instrumentos de pesquisa: questionário e entrevistas.

O questionário foi elaborado pela autora e as entrevistas foram feitas com funcionários de Instituições Públicas responsáveis por políticas sociais e ações de apoio a egressos e egressas do Sistema Prisional e com membros do Conselho da Comunidade na execução penal.

Segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (IBRE), entre os anos 2014 e 2019, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu continuamente, atingindo 54,34%, em 2019, caindo para 51,56% em 2021, provavelmente em função da pandemia. Por outro lado, a taxa de desemprego feminino, segundo a mesma fonte, desde 2012, tem sido superior à dos homens. Segundo a pesquisadora Janaína Feijó, “(...) o objetivo do estudo foi expor a disparidade de gênero que ocorre ‘a partir de fatos históricos’ e que ainda persiste no mercado de trabalho” (Fonte: [www.cnnbrasil.com.br](http://www.cnnbrasil.com.br)).

Embora a participação das mulheres no mercado de trabalho seja inferior à dos homens, ela é acima de 50%, o que demonstra que elas contribuem para o Desenvolvimento Territorial Sustentável, e, neste sentido, a presente pesquisa defende a afirmação social feminina, vinculada à proposta da Organização das Nações Unidas, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU,

2019), que inclui, entre outros aspectos, a promoção da igualdade entre os gêneros, o respeito às diferenças, a emancipação social, a busca da sustentabilidade sócio-econômico-ambiental e a redução das desigualdades. Esta inclusão diz respeito também às mulheres egressas do sistema prisional que, além de estarem nas estatísticas da criminalidade, estão presentes em todas as estatísticas de desigualdade de gênero.

Como demonstra a filósofa francesa Simone de Beauvoir, em sua obra “O Segundo Sexo” (1949), as perspectivas individuais das mulheres, já naquela época, eram produzidas social e culturalmente de forma a manter a mulher como submissa e o homem como dominante. Observa-se que, na sociedade contemporânea, as mulheres aproximaram-se mais da consciência desta construção e com isso passaram a tornar-se protagonistas da própria vida. No entanto, o papel de responsável pelo trabalho doméstico e cuidado familiar continua fortemente presente na vida das mulheres, somando-se, agora, as exigências do mercado de trabalho de capacitação e atualização constante, similar ao que acontece com os homens. Assim, com uma rotina de tarefas dobrada, dentro e fora de casa, observa-se uma sobrecarga de trabalho nas mulheres. E a análise de Beauvoir (1949), continua atual e parece que fala diretamente às mulheres objeto deste estudo: “(...) que nada nos define, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre “.

Mas de que liberdade estamos falando aqui? A saída do cárcere fechado? E saindo do regime fechado, essas mulheres realmente são livres?

Conforme se mencionou anteriormente, para Sen (1999) a emancipação e desenvolvimento para se transpor o mínimo de condições para subsistência humana e usufruir dos direitos civil-políticos, participar da cadeia econômica, ter acesso a informações e compreender assuntos voltados à transparência na gestão pública, além do acesso a serviços de educação e saúde são pré-requisitos para o exercício pleno da liberdade.

Sen (1999) trata as facilidades econômicas como meio de as pessoas participarem nas relações comerciais ou estarem inclusas no meio produtivo, ou seja, criarem riquezas materiais passíveis de fomentar a economia (consumo, troca e produção). Desta forma, conclui-se que o indivíduo quando possui sua autonomia econômica gera, por consequência, dividendos ao Estado.

A segurança protetora, outra questão levantada por Sen (1999), destaca a necessidade da atuação estatal que impeça o estado de miserabilidade e completo desamparo da população. Esta ação de seguridade social no Brasil ocorre de forma permanente (auxílio desemprego, auxílio em caso de acidente, aposentadoria) e nos casos excepcionais (calamidade pública, distribuição de vacinas e medicamentos).

Essas liberdades são primordiais à emancipação da pessoa e condizentes com o desenvolvimento humano, social e econômico de forma integral. Portanto, se faz necessário pautarmos a análise na abordagem integral, olhar o contexto ou, como a academia tem chamado, ter uma visão sistêmica. Neste sentido, o desenvolvimento só pode ser entendido se contextualizado.

O conhecimento pertinente é aquele capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar. (MORIN, 2015a, p.15)

Portanto, para dar conta da temática que um pesquisador se propõe estudar é necessário que ela seja abordada no contexto em que se insere. No caso deste estudo, o primeiro passo a ser dado é conhecer, de forma sistêmica, as políticas públicas que apoiam as mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba, o equipamento estadual que está sendo implantado, via Escritório Social, bem como as ações que as atendem, estruturadas em rede ou não.

Analisando o contexto parcialmente, com um número crescente de mulheres em cárcere no país (OLIVEIRA, 2012) e, conseqüentemente, aumento da busca por apoio e parcerias, é através dos escritórios sociais, que, apoiando a busca da condição básica de subsistência das mulheres egressas, requer ações afirmativas e políticas públicas acessíveis. Uma das ações de políticas públicas que vem sendo aplicada, como já se fez referência, é a criação de projetos e redes de mulheres pelo país, que objetivam o desenvolvimento de mulheres para a geração de recursos financeiros, para o desenvolvimento local, e, sobretudo, para o sustento básico e manutenção da saúde, por programas como o “Fazendo Justiça”, do CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2015, CJN), baseado em pesquisado Instituto de Política Criminal de Birkback, Universidade de Londres,

citada por Walmsley (2017), a população carcerária feminina no Brasil aumentou 567% num período de 15 anos, entre 2000 e 2014. A maioria dos casos de encarceramento é por tráfico de drogas, ou seja, são 68% das prisões hoje mapeadas. E não há estrutura no sistema prisional preparada para atender a este crescimento de mulheres infratoras.

Nas primeiras prisões construídas no Brasil não havia separação entre os sexos, a mulher permanecia junto com os homens e escravos. A prisão feminina no Brasil, em seus primórdios, foi pensada com a estrutura de internato religioso, administrado por religiosas, com a finalidade de restabelecer os bons costumes e o cuidado moral da mulher (OLIVEIRA, 2012).

Apesar de preconizada, na Constituição Federal de 1988 a garantia dos direitos fundamentais para todos os cidadãos, sem qualquer distinção de raça, cor, sexo, etnia, nível de escolaridade etc., conforme Falcade (2019), em seu estudo "*A (re) inserção social de mulheres com histórias de privação de liberdade*", as mulheres pré-egressas e egressas do regime prisional de Curitiba sequer têm a aplicação da Lei de Execução Penal cumprida na íntegra, quanto às prerrogativas dos Direitos Humanos.

Tal situação mostra que as adversidades estão postas a todas as mulheres que intencionam melhorar sua condição de vida, sendo mais intensas para as que já carregam os estigmas sociais vinculados à pobreza, à falta de instrução e ao território onde moram, somando-se a condição de miserabilidade, o estigma de ex-presidiária intensifica o preconceito e o processo de discriminação social. Segundo Walmsley (2017) os dados da pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa de Política Criminal de Birkbeck, Universidade de Londres (*World Prison Population List*) e comentada por Catherine Heard, Diretora do Programa de Pesquisa Prisional Mundial do ICPR, demonstram que os últimos levantamentos sobre prisão feminina são preocupantes. O número de mulheres e meninas presas em todo o mundo está aumentando a uma taxa que ultrapassa de longe o aumento do número de prisioneiros homens. Segundo o relatório, desde 2000, o número de mulheres e meninas na prisão aumentou em mais de 50%, enquanto a população masculina aumentou em cerca de 20% (WALMSLEY, 2019). O autor destaca que uma das causas do aumento do encarceramento feminino é o tráfico de drogas. Este é o caso em todos os continentes, com aumentos relatados em países desenvolvidos e menos desenvolvidos.

O documento da “Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional” descreve a condição da mulher egressa do sistema prisional, a partir de “dimensões superpostas de exclusão”:

É possível (...) fazer um paralelo com o que Joaquim Herrera Flores (2005) aborda sobre a condição da mulher na sociedade capitalista. O autor cita a existência de “dimensões superpostas de exclusão” para referir à experiência de diversas expressões da desigualdade, iniquidade e opressão sentida por sujeitos formados a partir de suas condições de vida e determinantes sociais específicos - classe, gênero, raça, etnia. Tal perspectiva é útil para compreender as expressões da questão social, que marcam a condição da grande maioria das pessoas egressas do sistema prisional. Sua inclusão no sistema de justiça criminal já é indicativa de um histórico e contexto de vulnerabilidade social, o qual passa a se consolidar como vulnerabilidade penal, que é então potencializada por essa “passagem” pela prisão, dificultando ou mesmo inviabilizando qualquer possibilidade de construção de projetos de vida calcados numa condição ampliada de cidadania(Fonte: <https://www.conjur.com.br/dl/politica-nacional-atencao-egressos.pdf>).

Na Conferência de Beijing - IV (Conferência Mundial sobre a Mulher), em 1995, foi incorporado, com o tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, um recorte de gênero, pela preocupação com o desenvolvimento sustentável, pois não há de se pensar em estratégias de desenvolvimento sustentável que não visem à redução das desigualdades de gênero e desconsiderar as injustiças sociais.

Por outro lado, quando se pensa a questão das egressas do sistema prisional na ótica do desenvolvimento sustentável, é necessário que se leve em conta a questão de sua reinserção na sociedade. Se, por um lado, a reinserção contribui para que garantam sua sobrevivência e o acesso a direitos, o que pode significar redução das desigualdades de gênero e de injustiças sociais, através de políticas públicas e de ações de acolhimento, por outro, contribui, embora este não seja o tema deste estudo, para diminuir a reincidência. Portanto, pensar a questão das mulheres egressas na ótica do desenvolvimento sustentável é pensar em melhoria das condições de vida, em equanimidade em direitos, em acesso às políticas públicas e ao exercício da cidadania.

## 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando se trata do conceito de política pública, Celina Souza é uma das autoras mais conhecidas. Em seu artigo intitulado “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”, publicado pela Revista “Sociologias”, em 2006, a autora advoga que as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação, sendo que vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área (SOUZA, 2006).

Para Souza (2006b), a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Isso significa, em outras palavras, que estivemos dependendo do lugar no mundo de focos diferentes de estudos. Assim, enquanto na Europa a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas, nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Em termos conceituais, política pública é um conceito multifacetado, dotado de bastante pluralismo, não existindo uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública. Celina Souza (2006) cita, por exemplo, que, para Mead (1995), política pública é definida como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Para Lynn (1980), é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Já, Peters (1986), segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006).

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006).

Como área do conhecimento e disciplina acadêmica, a política pública teve seus estudos regidos pelo pressuposto de que, em democracias estáveis, aquilo que

o governo realiza pode ser cientificamente formulado e analisado por pesquisadores. Perante a complexidade e a falta de consenso sobre o conceito, em uma visão geral, a elaboração das políticas públicas está relacionada à necessidade de solucionar situações para promover o bem comum da sociedade. Criticamente, argumenta-se que estas definições ignoram o embate em torno de ideias e interesses que seriam a essência da política. No entanto, a política pública instrumentalizada pode assumir diferentes valores em seus parâmetros de acordo com o nível de presença do Estado na provisão dos bens e serviços (SOUZA, 2003; BREUS, 2006; SARAVIA, 2006; SOUZA, 2006; LIMA, 2011).

Referindo ao objeto de estudo da presente pesquisa, os mecanismos de efetivação das políticas públicas para mulheres egressas são necessários em várias dimensões. Quando olhamos o todo que compreende a família das egressas e de todo aparato fundamental que circunda a amplitude essencial dessas ações integradas, é que compreendemos a dificuldade de descrever a ferramenta conceitual e metodológica para a compreensão de como esses mecanismos complexos atuam. Recorremos à abordagem interseccional, mas que, neste caso, não há muitos trabalhos descrevendo a interseccionalidade de políticas públicas para mulheres egressas do sistema prisional. Existem variados textos, entrevistas e trabalhos acadêmicos tratando da interseccionalidade em relação às desigualdades, mas não em relação às egressas.

Como menciona Lima (2019),

(...) as interseccionalidades são formas de enlaçar as implicações da interação entre duas ou mais formas de sujeição, como sexismo, racismo, patriarcalismo, o que permitiria ultrapassar a noção de sobreposição de opressões. Não é possível enxergar quais políticas públicas são voltadas para enfrentar esse problema de forma específica, sem discutir o problema maior, de gênero (LIMA, 2019, não paginado).

Embora exista essa dificuldade, a proposição de estudar soluções em rede, para políticas públicas voltadas a mulheres egressas, especificamente, de interesse do DEPEN/PR, tem a intenção de prosseguir com avanços nos programas voltados a cumprir as metas pactuadas em rede nacional de justiça.

No Brasil, quando um indivíduo é preso, excetuando-se o direito de ir e vir, todos os outros devem permanecer garantidos, ou seja, saúde, educação, assistência jurídica e trabalho devem ser preservados, pois constituem garantia de

dignidade da pessoa humana assegurada pela Constituição Federal de 1988. Sendo assim, a ressocialização de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho pode ser tomada como uma das maneiras de devolver-lhes a dignidade, assim como, possibilita criar expectativas acerca de um futuro perdido, que vislumbrava entre as paredes de uma penitenciária, detento de um sistema arcaico que apenas pune e não o prepara para retornar à vida em sociedade, além de oferecer condições de sobrevivência degradante e desumana (BRANDÃO; FARIAS, 2013, p.6). Essas ações só podem se efetivar se levarem em conta a interseccionalidade dos elementos que permeiam as desigualdades.

Considerando que as políticas públicas devem ser voltadas ao atendimento de demandas da população, especificamente de pessoas que estão sob custódia do Estado, recorde-se que a Lei nº 7.201/1984 (Lei de Execução Penal) representa o marco legislativo voltado ao desenvolvimento de ações pelo Estado, com o intuito de inserir egressos/as no mercado de trabalho. Em seu Art. 10º determina que é dever do Estado a assistência ao preso e ao internado, tendo como objetivo a prevenção do crime e a orientação do mesmo a retornar à convivência em sociedade (Brasil, 1984).

Sendo assim, conclui-se que as políticas públicas são de suma importância para a ressocialização, não apenas para manutenção do poder punitivo do estado, uma vez que com investimento em políticas públicas o Estado terá efetividade na reeducação e reintegração do preso à sociedade.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS EGRESSAS DO SISTEMA CARCERÁRIO

Segundo informações do mais recente Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, em dezembro de 2019 o Brasil tinha 37.197 mulheres reclusas no sistema prisional. Este número representa um aumento de quase seis vezes, em relação ao ano 2000, e ainda se considera que mais de um terço das detentas (35,6%) está nessa condição, provisoriamente, ou seja, ainda não passou por condenação. Alarmante este número, pois representa cinco vezes mais do que o crescimento da população carcerária em geral, que foi de 119% no último período. É alarmante por si só que a população carcerária em geral tenha mais que dobrado

nas últimas quase duas décadas, mas a situação da mulher é ainda mais preocupante.

Outro agravante em relação às mulheres encarceradas, se refere ao perfil educacional dessas mulheres, no Brasil. Na tese “A (Re) Inserção Social de Mulheres com Histórias de Privação de Liberdade” (LUZ, 2019), há o relato de que 66% da população prisional feminina ainda não acessou o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental, sendo que apenas 15% da população prisional feminina concluiu o ensino médio. Ademais, quando trata do crescimento da população prisional, segundo o gênero, o estudo de Luz expressa que, no Brasil, houve um crescimento de 293% no encarceramento de homens, enquanto que a feminina cresceu 656%, no mesmo período. Este aumento, em números absolutos, corresponde a 42 mil mulheres (INFOPEN, 2017).

Embora o foco deste estudo seja a rede de apoio às mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba, com o intuito de sua inserção na sociedade, os dados acima apontam para questões que não serão respondidas aqui, mas que ficam registradas para uma possível futura pesquisa: A desigualdade de gênero é justificativa para este crescimento da população carcerária feminina? E esta desigualdade geraria uma maior reincidência feminina? O aumento da criminalidade com drogas, um tipo de crime que parece usar a mão-de-obra feminina, seria um fator responsável pelo aumento de mulheres presas?

Gostaria de destacar que a situação de desigualdade da mulher está contemplada na Política Nacional de Atenção às Mulheres, na instituição do PNAME:

Art. 1º - Fica instituída a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - PNAME, com o objetivo de reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para a garantia dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras, previstos nos arts. 10, 14, § 1º, 19, parágrafo único, 77, § 2º, 82, § 1º, 83, § 2º e 3º, e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Retomando Sen (1999), referido na introdução deste estudo e neste capítulo, para emancipação e empoderamento é necessário transpor o mínimo de condições para subsistência humana e usufruir dos direitos civis-políticos, participar da cadeia econômica, ter acesso a informações e compreender assuntos voltados à

transparência na gestão pública, além do acesso a serviços de educação e saúde (SEN, 1999).

Nesse quadro, Sen (1999) trata como liberdade política as múltiplas liberdades de expressão e eleições livres, como forma de promover a segurança econômica. Além dos direitos políticos, os demais direitos civis decorrentes são de extrema relevância, como as garantias ao exercício da cidadania; a possibilidade de fiscalizar e denunciar atos de governo; a liberdade de organização e atuação como força opositora ao governo ou autoridades, sem sofrer perseguições ou represálias, aliado ao exercício da imprensa livre.

Além disso, vislumbrar as oportunidades sociais no sentido do acesso à saúde e educação, como forma de desenvolvimento humano, fatores essenciais na formação do indivíduo como pessoa, qualificação profissional, capacidade de disputa, possibilita exigir seus direitos e fazer prevalecer o exercício de suas garantias constitucionais. Por consequência, fomenta o desejo de maior participação na vida política, econômica local e regional, por estar diretamente afetado pela tomada de decisão.

Sen (1999) trata as facilidades econômicas como meio das pessoas participarem nas relações comerciais ou estarem inclusas no meio produtivo, ou seja, criarem riquezas materiais passíveis de fomentar a economia (consumo, troca e produção), abandonando o sistema de dependência assistencialista do Estado ou exploratório pela venda de sua mão-de-obra a outrem. Agrega-se que o indivíduo quando possui sua autossuficiência econômica, por consequência gera dividendos ao Estado.

O autor demonstra, ainda, que a essencialidade da transparência sobre os atos de governo é um fator que inibe atos de corrupção e irresponsabilidade financeira. No caso do Brasil, tais questões são disciplinadas pela Constituição Federal Brasileira, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei da Transparência (131/2009), Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), dentre outras leis. As normas que disciplinam a transparência e o acesso à informação do que cabe ao setor público é um aspecto essencial, conforme defende Sen (2015), o qual descreve como a falta de transparência e, por consequência, de responsabilização têm sido prejudiciais à disponibilização de energia na Índia, por exemplo.

Embora se saiba que o sistema econômico sozinho seja incapaz de produzir as condições destacadas por Sen (1999), em especial, nos países periféricos,

seu debate tem demonstrado que tais liberdades são imprescindíveis para que os grupos vulneráveis desses países sejam atingidos por políticas que deem a eles a capacidade de escolha. Todas essas questões de fundo, que são debatidas por Sen (1999), poderiam nos dar pistas de que, além de políticas de inclusão das mulheres egressas, na sociedade, é preciso dar condições para que elas possam produzir sua subsistência e as condições socioeconômicas necessárias para suas famílias.

Assim, um olhar “*en passant*” concluiria que a liberdade econômica, no caso de egressas, seria a questão principal. Ledo engano, visto que as liberdades são complementares, sendo necessária a intervenção estatal em sua garantia social e frear o ímpeto da corrente do liberalismo econômico. Voltado ao desenvolvimento sustentável e à melhora na qualidade de vida, as liberdades inibem a insegurança econômica, coíbem a corrupção, ampliam a consciência ambiental e educativa da população, além de favorecer oportunidades individuais e a coletividade.

Ao ampliar as liberdades instrumentais e, por conseguinte, as condições de subsistência individual, há um sobressalto da base da pirâmide de necessidades (MASLOW, 1954), resultando em uma postura crítica-reflexiva e proativa acerca das questões principais do processo de desenvolvimento social-sustentável-econômico.

O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas. Ao se instituírem disposições institucionais apropriadas, os papéis instrumentais de tipos distintos de liberdade precisam ser levados em conta, indo-se além da importância fundamental da liberdade global dos indivíduos (SEN, 1999, p. 71)

Cabe destacar que restrições arbitrárias à inserção no mercado de trabalho ou autonomia produtiva podem resultar na redução de liberdades, gerar privações e causar retrocessos econômicos. Para além do discurso liberalista, quanto maiores as possibilidades produtivas, em especial da população egressa do sistema carcerário, afastando-se estigmas e o Estado ofertando linhas de créditos ao exercício profissional, seja como microempreendedoras, seja como funcionárias contratadas, maiores serão as possibilidades de ressocialização.

De forma contrária à corrente clássica da economia, se está diante de uma nova modalidade de relações negociais, com reflexo vinculante nas relações sociais e no exercício consciente da cidadania – a economia solidária ou economia de cooperação.

A interlocução entre os atores sociais envolvidos direta e indiretamente na ressocialização de pessoas egressas do sistema carcerário, bem como potenciais beneficiários de uma rede integrada, esbarra em dificuldades iniciais para sua implementação. Acerca da tomada de decisão, pela visão bidimensional apresentada por Bachrach e Baratz (1970), a decisão é "uma escolha entre modos de ação alternativos, uma não decisão é uma decisão que resulta em supressão ou impedimento de um desafio latente ou manifesto aos valores ou interesses do tomador de decisão". Por sua vez, Muller e Surel (2002) descrevem que ao elaborar um quadro geral de ação para uma política pública, encontram-se três dificuldades: caráter normativo do programa e seus objetivos a atingir; quem define a ação pública; e quadro analítico, mesmo diante das contradições políticas.

Segundo Secchi (2014), o êxito de uma política pública passa por nove etapas, a saber: (I) identificação do problema; (II) formação da agenda; (III) análise de temas da agenda formal; (IV) formulação de alternativas; (V) avaliação ex ante (projeções, predições e conjecturas); (VI) tomada de decisão; (VII) implementação; (VIII) avaliação vista como "processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em práticas"; e, (IX) extinção (caso atinja sua finalidade original).

A efetividade de uma política pública exige, também, contínuas avaliações, participação da comunidade e escuta ativa. A participação provocada visa que os colaboradores do Conselho da comunidade auxiliem os reeducandos, os familiares e toda a rede social para atingirem seus objetivos, sendo interessante a participação por cogestão, "na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade" (BORDENAVE, 1994). O autor destaca a importância da participação e como ela contribui para o aumento da qualidade da educação.

A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer a sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, observações de inferências e fatos de julgamentos. A qualidade da educação aumenta também quando as pessoas aprendem a manejar conflitos; clarificar sentimentos e comportamentos; tolerar divergências; respeitar opiniões; adiar gratificações (BORDENAVE, 1994, p. 72 – 73).

A coparticipação empodera a comunidade, demonstra a “vontade de negociar e de buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para toda a sociedade, principalmente para as partes envolvidas, levando continuamente ao aprendizado” (OLIVEIRA, 2006). E, empodera também a egressa, que muda a percepção de si mesma e não se entrega às condições impostas pelo *status quo*, sobretudo pela coerção estatal, vindo a construir uma nova realidade, diminuindo as diferenças entre a forma de atuação do poder público, visto que o empoderamento da comunidade resulta em maior autonomia, qualidade de vida e visão crítica da realidade social. A participação da comunidade tem uma ação de freio ao poder público discricionário, que encontra uma resistência racional às inconsistências de sua atuação. Dito de outra forma, a realidade dos/as egressos/as, diferente da realidade dos gestores inseridos na máquina pública, pode ser transformada com a ajuda desses gestores quando o indivíduo legitimamente representado pela sociedade civil organizada passa a interferir na tomada de decisão pela via indireta.

Empoderamento se foca na identificação de capacidades e na exploração de influências ambientais e de problemas sociais. Muitas das definições de empoderamento o consideram um processo intencional e contínuo, situado em uma comunidade, que envolve respeito mútuo, reflexão crítica, cuidado e participação em grupo, através do qual sujeitos desprovidos de uma parte justa (equitativa) de recursos valorizados ganham grande acesso e controle sobre esses recursos – isto é, se empoderam (HOROCHOVSKI; SIRINO, 2016, p. 261).

Eis um método que prioriza o planejamento de ações locais. Por ser “um processo participativo e reflexivo, por meio de continuadas avaliações a própria construção metodológica passou a ser considerada como um processo de empoderamento local” (MOYSÉS; SÁ, 2014, não p.).

Há diversas técnicas que permitem estimular nos respondentes a identificação de quais são as suas interações. A estratégia vai depender do conhecimento prévio do pesquisador sobre o universo em rede que deseja pesquisar e do atributo diádico que visa reconstruir (HIGGINS, 2018, p. 51).

Por consequência, o objetivo se perfectibiliza com a ressocialização da egressa, o fomento da atividade econômica e do desenvolvimento local, o mapeamento das ações de todos os atores envolvidos, bem como o aprimoramento, manutenção e ampliação desta teia social integrada em permanente diálogo.

Entenda-se que o desenvolvimento territorial sustentável pode ser efetivado por intermédio da ação integrada de diversos atores sociais e as egressas do sistema carcerário.

Em suma, para concluir, o arcabouço teórico seniano é importante para maior compreensão do fenômeno pesquisado sob a perspectiva de que um direito humano apenas se torna efetivo na vida de alguém quando outros direitos igualmente se tornam contemplados, gerando uma espécie de organismo vivo e sistêmico, como o defendido por Gareth Morgan(2006), quando faz menção à metáfora orgânica, onde as partes são interligadas e interdependentes, o que proporciona a completude necessária de direitos humanos melhor atender as necessidades, como é o caso das mulheres egressas do Sistema Prisional.

### 2.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo “desenvolvimento” foi cunhado pela primeira vez por Wilfred Benson em 1942, enquanto membro do secretariado da Organização Mundial do Trabalho. Porém, apenas quando o presidente o Truman dos EUA o utilizou como símbolo da política externa é que tomou força como conceito. E até hoje influencia o pensamento contemporâneo.

Segundo Becker (2000, p. 15),

(...) o desenvolvimento sustentável não se resume apenas à uma harmonização entre economia e ecologia e nem mesmo por questões técnicas, mas corresponde na verdade ao novo paradigma tecno-econômico, fundado na competitividade, entendida está, não apenas como capacidade de exportação (GOEBERT, 2005), mas sim como capacidade de atrair investimentos e financiamentos capazes, inclusive de melhorar a qualidade de vida da população, com sustentabilidade. No conceito de sustentabilidade, três princípios básicos, devem ser observados: a) a racionalidade e o uso dos recursos, utilizando informação e conhecimento em produtos e processos; b) a valorização da diferença, isto é, identificação das potencialidades e o uso efetivo das mesmas; e c) a forma inovadora de governança, em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do processo, na discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas (BOSEN apud BELLINI, 2002, p. 18).

A área de estudo do Desenvolvimento Territorial Sustentável adota uma visão sistêmica na abordagem do conhecimento, buscando uma análise interdisciplinar que envolva as distintas complexidades emergentes no mundo contemporâneo. Considerando o programa para a feitura da pesquisa, o PPGDTS se compromete com a perspectiva de futuro na qual se faça presente o desenvolvimento territorial sustentável, construído por e para quem vive e, ainda, viverá neste planeta, de forma a abarcar todos os conceitos dessa complexa teia. Necessita-se, para isso, compreender as dinâmicas ecossistêmicas e as lógicas do mercado e das políticas de Estado, nas suas diferentes instâncias, associadas à interferência de organizações locais e internacionais, a fim de que análises e medidas mais harmônicas, integradoras e eficientes possam ser tomadas em prol do território e dos seus diversos componentes.

A área de estudo do Programa é voltada ao Desenvolvimento Territorial Sustentável e como adota a visão sistêmica que, no caso desta pesquisa é fundamental, envolve complexidade e atualidade. O PPGDTS tem essa flexibilidade e interdisciplinaridade essencial para abarcar pesquisas de impacto social que articulem várias áreas do conhecimento e REDES que permeiam a teia social em que o problema está envolvido.

Vemos este conceito de teia mais bem explicado na teoria dos sistemas vivos. As várias áreas de que precisamos observar quando olhamos a complexidade de uma rede em funcionamento pode ser ilustrada com a teoria dos sistemas vivos. Análises feitas pela perspectiva da teoria geral de sistemas observa a natureza dos sistemas e a interrelação entre suas partes, assim como a interrelação entre eles em diferentes espaços, o dentro e o fora, e as leis que as fundamentam.

Em sua ampla produção, Edgar Morin explica esses conceitos e os relaciona a diversas áreas do conhecimento. Aqui, neste estudo, trazemos sua visão de desenvolvimento em uma sociedade complexa.

É importante problematizar o conceito do desenvolvimento, que, por sua vez, também tem coisas boas e não tão boas assim. O conceito de desenvolvimento também se aplica às várias culturas hegemônicas que não consideram as virtudes das culturas nacionais e locais. O desenvolvimento também provoca processos de desintegração cultural e de desintegração da solidariedade internacional. Ao mesmo tempo em que desenvolvimento traz consigo a riqueza, também gera uma pobreza gigante como a que se vê nas favelas. É preciso ter uma visão complexa dos fenômenos, eventos e processos. Para tanto, é preciso fazer um esforço para desenvolver ou

extrair o melhor de uma organização, de lutar pelo melhor porque o pior vem trazendo uma série de problemas para a humanidade (MORIN, 2012, p.36).

Ao estudar o desenvolvimento Sustentável nos deparamos com muitas controvérsias. No Brasil, para assegurar um conceito de desenvolvimento para todos e que tenha sintonia com o presente estudo, tomamos como referência a Constituição Federal que, no art. 225 § 1º inciso VI, diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Conforme demonstra o Professor Luiz Eduardo Fontes (2014), a nossa lei magna impõe ao poder público que seja parte da política de Estado garantir a premissa a todos, incluindo as mulheres egressas do sistema prisional.

É muito claro o conceito de Sustentabilidade/Desenvolvimento Sustentável nas palavras finais do caput do artigo 225 da Constituição Cidadã... Também é de uma clareza inequívoca que a Constituição Federal não pede, não recomenda, não sugere ao poder público o dever de garantir tal premissa... A Constituição Federal impõe o conceito de sustentabilidade ao poder público... E, ao impor também à Coletividade tal premissa, ressalta o papel das redes de apoio e de solidariedade... Em suma, praticar a sustentabilidade é dever e obrigação de todos, e deve, incontestavelmente ser parte de políticas de estado (FONTES. Sintetização manuscrita, feita pelo autor, em 2022, para a autora deste estudo)

Ao tratar de desenvolvimento, é importante abordar de que maneira pode ocorrer sua viabilização, o que, no caso deste estudo, entram as políticas públicas, conforme será tratado em seguida.

O Brasil assinou o pacto global Agenda 2030, e todas as instituições federais, estaduais e municipais assumiram os ODSs como indicadores para o desenvolvimento. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são indicadores para avaliação das políticas públicas. Fazem parte de um pacto global, adotado durante a cúpula das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, em setembro de 2015, onde se estabeleceram os 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

A partir da Cúpula Rio+20, em 2012, que determinou a criação de um grupo de trabalho aberto, com representantes de 70 países, inclusive o Brasil, realizou sua primeira reunião em março de 2013 e publicou sua minuta final, com 17 sugestões, em julho de 2014, para preparar um projeto dessa agenda, que veio a ser assinada por todos os 193 países membros, incluindo o Brasil, na sede da ONU em Nova York. E, em 01 de janeiro de 2016, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável entraram oficialmente em vigor e devem ser alcançados até 2030, sendo que todos os países devem mobilizar esforços para que a agenda seja cumprida.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incorporam as metas do principal marco político-institucional de caráter global na temática do desenvolvimento: a Agenda 2030. Trata-se de um “divisor de águas” da sustentabilidade, que representa uma mudança no debate científico sobre desenvolvimento, superando uma compreensão unidimensional e técnica para uma visão processual, multidimensional e transversal, envolvendo as esferas social e ambiental, o que completa a tríade: econômico, social e ambiental (ALVES e ALMEIDA, 2020).

O Índice de ODS classifica os países em termos de sua situação inicial com relação aos 17 ODS. Trata-se de uma descrição preliminar, que utiliza apenas informações já publicadas pela ONU. Isso constitui somente um subconjunto dos dados que serão futuramente adotados para acompanhar os avanços dos ODS no nível da efetivação das políticas públicas, dentro da estrutura oficial de monitoramento das próprias instituições. O Índice de ODS permite que cada país avalie a situação atual de seu progresso com relação a nações congêneres (ex.: com determinado nível de renda ou em uma região geográfica específica), às metas dos ODS e aos “melhores” resultados possíveis dos diversos indicadores.

Na figura abaixo, os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Figura 1 — 17 ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Adaptado de <https://odsbrasil.gov.br/> Objetivos....

Em termos de importância, os ODS traduzem a busca da promoção do desenvolvimento sustentável na sociedade contemporânea, os quais podem significar expressivo instrumento de diminuição das desigualdades sociais e regionais, tendo em vista o paradigma do “Desenvolvimento como Liberdade”, de Amartya Sen (1999).

A grande contribuição de Amartya Sen está no fato de haver criado um conceito inovador do que seria o “desenvolvimento”, muito mais abrangente e plural, o qual passa a considerar não apenas o aspecto econômico, mas também as questões humanistas, a qualidade de vida, que passam a fazer parte do conceito de desenvolvimento.

Quando é feita a abordagem do conceito de desenvolvimento sustentável e se estabelece sua íntima ligação com o conceito de desenvolvimento como liberdade, constata-se o quanto este conceito pode influenciar na qualidade de vida e no exercício das liberdades individuais de cada um.

O fato é que no mundo inteiro o processo de desenvolvimento ocorreu através da utilização desenfreada dos recursos naturais, como se estes fossem infinitos e inesgotáveis, provocando um grande desgaste ambiental em nosso planeta. Amartya Sen, ao abordar o desenvolvimento na ótica da liberdade, afirma que este não olvida o crescimento econômico experimentado pelos países, mas o relativiza,

na medida em que se alia desenvolvimento a outros fatores, nomeadamente de ordem social (SEN, 2000, p. 17)

De que forma o princípio do desenvolvimento sustentável se insere na esfera jurídica brasileira e como seus instrumentos são capazes de fazê-lo efetivo em nosso ordenamento como meio de manter o bem da vida?

Importante mencionar que a Constituição Federal de 1988 representou um verdadeiro marco para a consolidação das noções de desenvolvimento defendidas no sistema internacional, levando o Brasil a um novo patamar na proteção dos recursos ambientais e sociais em nível global, pois, nela, temos uma carta de princípios jurídicos e sociais que enfatiza a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais, em seu artigo 3º, inciso III.

A propósito, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser vislumbrado constitucionalmente através da análise do art. 3, inciso III, que prevê a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, como imperativo a ser cumprido pelo poder público; do art. 170, inciso VI, que trata da defesa do meio ambiente nas atividades econômicas; e, do art. 225, que determina as modalidades jurídicas que visam prevenir os danos lesivos ao meio ambiente, garantindo ao ser humano viver num meio ambiente equilibrado.

Desse modo, o atendimento das necessidades das mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba encontra guarida na Constituição Federal de 1988, a qual, por estar em consonância com os princípios e valores de Desenvolvimento Sustentável mundialmente defendidos, representa uma importante referência que pode legitimar e ação político-institucional de órgãos/entidades integrantes da rede de apoio às supracitadas egressas.

## 2.4 REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA GOVERNANÇA

“Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba: um estudo sobre Rede de Apoio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS” é uma pesquisa que visa compreender o mapa da rede de apoio às mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba, analisando a intersecção das políticas públicas de assistência social das organizações integrantes daquele tecido político-institucional, de forma correlacionada com os objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS.

Na essência, o estudo entra no campo da governança de redes de políticas públicas, a qual é composta por uma estrutura em rede, dotada de relação interinstitucional de órgão/entidades. No caso deste estudo, o núcleo central de governança é o Escritório Social, concebido para atender a mulher egressa do sistema prisional de Curitiba.

O conceito de governança tem assumido especial importância na agenda de gestores públicos e privados. Está associado à cooperação e à equidade de direitos entre os atores envolvidos, como também tem sido usado como sinônimo de monitoramento e controle das ações dos gestores para garantir o alcance dos resultados esperados. Trata-se de conceito difuso e que pode ser utilizado para diversos contextos: governança corporativa para gestão empresarial, governança pública para combater suborno e corrupção de funcionários públicos, entre outros.

Em termos gerais, a literatura corrente dissemina que o conceito de governança corporativa é derivado do Banco Mundial, para o qual a governança é definida como exercício de autoridade, controle, gerenciamento e poder de governo, termo associado ao “*goodgovernance*” (WORLD BANK, 1992), ou seja, a governança é o elemento que fornece aos gestores as diretrizes para a resolução de conflitos, execução de suas atividades, ao mesmo tempo em que exerce monitoramento sobre suas ações.

No que tange à abordagem de redes, Calmon e Costa (2013) afirmam que:

Ao longo das últimas décadas, cientistas sociais de diferentes orientações teóricas vêm adotando a chamada abordagem de redes no estudo de problemas que tratam do caráter relacional da organização da vida social. Essa abordagem, que ainda se encontra em fase de desenvolvimento, parece oferecer uma alternativa para duas outras abordagens que até então predominavam no âmbito das ciências sociais. A primeira privilegiava uma ótica determinística das relações sociais, que seriam percebidas como mero reflexo da estrutura produtiva ou da estrutura política; e a outra era fundada em um compromisso inarredável com o individualismo metodológico percebendo, portanto, a ação individual como referência básica para a compreensão da dinâmica social. A abordagem baseada em redes gerou, em grande parte, um meio termo entre essas duas vertentes, na medida em que reconhece a relevância da ação individual, mas entende que ela é restringida e inserida (*embeddedness*) em uma estrutura de relações sociais específica (CALMON; COSTA, 2013, não paginado).

Portanto, é possível identificar, no estado da arte sobre redes, duas vertentes principais, que são distintas mas relacionadas. A primeira vertente, fundamentada na

sociologia e na teoria das organizações, emprega o conceito de redes como um instrumento analítico para compreender as relações sociais nas organizações, as relações interorganizacionais e a relação das organizações com o ambiente externo a elas. A segunda, tem caráter multidisciplinar, com marcante influência da economia, das políticas públicas e da administração pública, e percebe redes como uma forma de governança, especialmente aplicável na gestão de sistemas complexos (CALMON; COSTA, 2013).

Para Cândido, Abreu, Goedert e Junges (2000), rede social é “um conjunto de pessoas organizadas, ligadas através de um conjunto de relações sociais de um tipo específico” (CÂNDIDO *et al.* 2000, p.2).

Augusto Franco (2018) diz:

As redes sociais existem desde que existe sociedade humana, quer dizer, pessoas interagindo. Segundo uma convenção razoável chamamos abreviadamente de rede social a qualquer configuração de conexões que se estabelece quando pessoas interagem segundo um padrão mais distribuído do que centralizado, mas a rigor todo conjunto de nodos (pessoas) interagindo, mesmo quando o padrão é mais centralizado do que distribuído é uma rede social (FRANCO, 2018, não paginado).

Na concepção de Balestrin e Vargas (2004),

As redes são identificadas através de comprovações e estudos relacionados a: a) redes Inter organizacionais estudadas por diferentes correntes (positivista ou não) e perspectivas teóricas (economia industrial, estratégia, dependência de recursos, marxistas e críticas, institucional, redes sociais, custos de transação, comportamento organizacional, ecologia populacional, teoria evolucionária e teoria contingencial) permitindo assim uma ampla compreensão do fenômeno; b) as redes Inter organizacionais são formadas a partir de pressões contingenciais (necessidade, assimetria, reciprocidade, eficiência, estabilidade, legitimidade, flexibilidade e competitividade) e feitas possíveis pela existência de fatores viabilizadores (conectividade, infraestrutura e coerência); c) apresentam tributos estratégicos (fluidez, economias relacionais, aprendizagem, economias de escala, acesso a recursos intangíveis, redução dos custos de transação e credibilidade organizacional) que potencializam a performance das empresas em ambiente altamente competitivo; d) podem ser classificadas a partir da observação de 04 elementos: (cooperação, hierarquia, contrato e conveniência) possibilitando, desta forma uma ampla variedade de tipologias; e) a configuração em rede facilita as PME's a alcançar e manter as vantagens competitivas frente as grandes empresas (BALESTRIN; VARGAS, 2004, p 203-227).

A visão de rede busca sair do poder sobre, para o poder com. Neste sentido, busca a horizontalidade das decisões e o compartilhamento de recursos.

As relações estabelecidas entre os membros de uma rede podem ser as mais variadas possíveis, tais como relações de amizade, relações comerciais, relações de compartilhamento de informações etc. O que importa saber é que essas redes de relacionamentos têm de ser compostas de nós (nodes) e de laços (lines ou edges). Os “nós” são os atores da rede (pessoas ou instituições) e os “laços” são os relacionamentos entre os atores e suas conexões (SOUZA; SANTOS, 2011, não paginado).

Quando se trabalha com redes, portanto, é importante ter claro alguns princípios que fundamentam relações em rede. Embora Castells (2005) tenha sido o mentor de toda a discussão do que seria uma sociedade em rede, para fins deste trabalho vou me reportar à Maria Cristina Borges da Silva (2007), que fez parte da construção da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, no Estado do Paraná. Como foi um trabalho concreto de construção de uma rede, pode nos ajudar a refletir melhor sobre o nosso tema.

Segundo Silva (2007), a “atuação em rede supõe valores e a declaração de propósitos do coletivo” (SILVA, 2007, p. 15). Ou seja, todos os participantes da rede têm clareza do porquê e para que existe; e estão nela porque comungam dos seus objetivos e estão dispostos a lutar para alcançá-los. Neste sentido, uma rede se fundamenta em padrões e pactos.

É ainda Silva (2007) quem nos ajuda a entender os fundamentos de uma rede.

Segundo ela, uma rede não existe sem intencionalidade, o que exige comunicação e interatividade entre seus membros, pois são eles que estabelecem os padrões e os pactos. A rede, portanto, tem que ter um propósito unificador, e, embora tenha participantes independentes, têm interligações voluntárias, se comunicam, optam por trabalhar em projetos que viabilizem os objetivos comuns. As capacidades pessoais ou organizacionais são compartilhadas na rede e utilizadas para resolver os problemas e viabilizar o projeto coletivo. E, um dos pontos fundamentais da rede é: “(...) uma costura dinâmica (de muitos pontos). Só quando estão ligados uns aos outros e interagindo é que indivíduos e organizações mantêm uma rede” (SILVA, 2007).

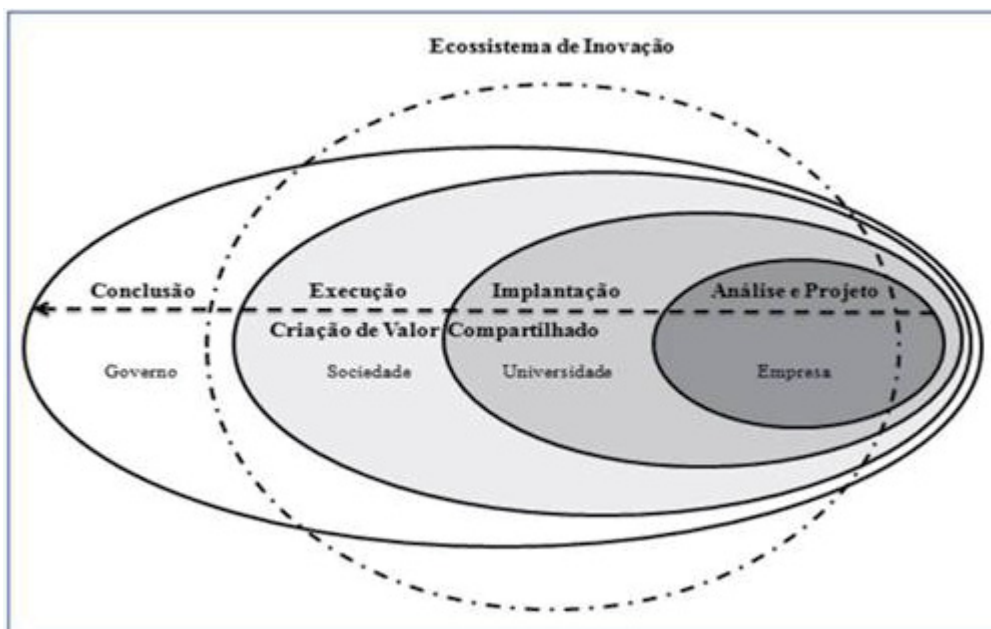
Alguns estudos têm apontado para o potencial da aplicação de redes como forma de governança, pois, análises sobre o mercado de trabalho têm demonstrado, de maneira sistemática, como redes são capazes de influenciar a oferta e a demanda de trabalho, considerando que empregados e empregadores confiam nas informações sobre as oportunidades de emprego e trabalho quando elas são geradas por pessoas conhecidas ou que possuem relações afetivas e todo este processo se torna potencialmente maximizado quando estas redes estão estruturadas por órgãos/entidades protagonistas de políticas públicas.

Isso significa que redes podem ser estruturadas a partir de políticas públicas voltadas para a criação de oportunidades para grande parcela da população, principalmente em países em desenvolvimento (base da pirâmide). Do ponto de vista econômico sócio ambiental, na ótica da sustentabilidade, essas políticas se concentrariam na erradicação da pobreza, com vistas a gerar oportunidades de trabalho e emprego para a população mais pobre, em direitos, no exercício de cidadania, o que demandaria o estabelecimento de um “ecossistema de inovação” para criação de riqueza e desenvolvimento social.

Prahalad(2002) defende em seu texto “A fortuna na base da pirâmide” que o ecossistema resultaria da criação de parcerias entre instituições sociais e empresas privadas, estabelecendo um mercado específico, criando valor compartilhado a partir de ecossistemas de inovação, o que, em uma perspectiva conceitual, evidencia-se na capacidade das conexões de uma rede de atores em gerar inovação, considerando a sua disposição para cooperar, bem como a importância dessa interação frente à geração de valor compartilhado.

A Figura 2, a seguir, contém um modelo conceitual de ecossistema de inovação, a partir do valor compartilhado.

Figura 2 — Modelo conceitual ecossistema de inovação a partir do valor compartilhado



Fonte: Cadernos EBAPE.BR (2019)

Para concluir este capítulo, gostaria de ressaltar que nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões: de gênero, etnia, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais etc. As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo entre a diversidade de interesses e de valores.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é um estudo de caso, que usa a análise de redes como técnica de análise de dados, coletados por meio de questionário e de entrevistas, através do uso do aplicativo *Forms*, um aplicativo do Google divulgado amplamente via e-mails, redes sociais da COEX/PROEC/UFPR, como também as redes sociais do Projeto MEL- Mulheres Empreendedoras e Líderes/PROEC/UFPR.

É uma pesquisa de caráter exploratório, de abordagem quali-quantitativa de análise de redes, que contou com o auxílio dos softwares *openrefine* e *gephi*, a saber, um pacote de *software* de código aberto e gratuito para visualização, análise e manipulação de redes e gráficos, escrito na linguagem Java e na plataforma *NetBeans*, disponibilizado para os sistemas operacionais Windows, Linux e MacOS. Segundo YIN (1989),

(...) o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas". Esta definição, apresentada como uma "definição mais técnica (YIN, 1989, p. 23).

Tratando-se de estudo de caso, este estudo procurou descrever os elementos presentes em um caso concreto, sem pretender absolutamente fazer generalizações (GIL, 2008) e sem preocupação com a busca de atingir objetivos práticos e frequentemente utilitários, seja porque visam a estabelecer o diagnóstico de uma organização ou fazer sua avaliação, seja porque procuram prescrever uma terapêutica ou mudar uma organização (AMORIM 2006).

A pesquisa qualitativa, segundo Richardson et al. (2009), pode ser entendida como a tentativa de compreensão detalhada das características da situação relatada pelos pesquisados, ao invés de mensurar medidas quantitativas de particularidades ou comportamentos. Os estudos qualitativos têm como objetivo básico a análise do contexto empírico em seu ambiente natural e o estabelecimento de contato indireto e virtual do/a pesquisador/a.

Assim, deve-se entender que o pesquisador que utiliza uma abordagem qualitativa deve focar o processo de construção do dado e não apenas os resultados numéricos dos levantamentos realizados na pesquisa, atendo-se, inclusive, aos conhecimentos favoráveis e relevantes que a pesquisa possa trazer. No caso deste

estudo, trata-se da Rede de Apoio às Egressas do Sistema Prisional de Curitiba, circunstância aqui examinada e os sujeitos em campo.

A pesquisa buscou conhecer e mapear a rede de apoio, segundo uma perspectiva temporal de corte transversal, ou seja, avaliando em determinado período de vigência a existência e atuação da rede de apoio às mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba, inicialmente em torno do Escritório Social/DEPEN, buscando analisar os atributos da rede obtida, identificando os possíveis indicadores de desempenho geral de estrutura e sua modelagem gráfica, para entender como a rede se desenvolve e se interconecta em sua organização formal ou informal, estruturada ou não.

O estudo optou pela metodologia *Snowball*, ou seja, método amostral utilizado na realização do mapeamento foi o da bola de neve, em que um respondente indica outros e estes indicam outros, e assim, sucessivamente.

A coleta de dados junto às Instituições/Organizações, foi realizada, num primeiro momento, através da aplicação de questionários *Forms* (Apêndice 1), com os representantes gestores dos órgãos estudados e com os atores sociais que representam instituições da sociedade civil organizada e coletivos de mulheres.

O questionário foi enviado para uma amostra de 160 Instituições/Organizações e pessoas que atuavam nas áreas de assistência social e/ou mobilização social. Entretanto, obteve-se um baixo retorno dessas instituições e pessoas, sendo que o número total de respostas foi de 38 (trinta e oito), e, destas, próximo de 50% afirmaram conhecer o escritório social e/ou indicaram novos contatos para o encaminhamento da pesquisa.

A intenção inicial era focar nos atributos estruturais, obtidos da aplicação do *software Gephi*, o qual seria utilizado como um gerador de indicadores de desempenho dos componentes da rede em estudo, com métricas que permitem gerar propostas de análise na cooperação entre as organizações públicas, privadas, terceiro setor e suas áreas de atuação. Entretanto, tendo em vista o número significativo de questionários não respondidos, percebeu-se que era necessário ampliar a coleta através de outro instrumento.

Para complementar os dados coletados nos questionários, optou-se por entrevistar mulheres que ocupam cargos decisivos em Instituições que atendem a egressos/as do Sistema Prisional, em nível Federal, Estadual e Municipal. O quadro de instituições do nível municipal e estadual detentoras de políticas públicas que se

encontram em consonância com os ODS, foi elaborado a partir dos sites oficiais e seus organogramas e pode ser visualizado no Anexo4).

As entrevistas permitiram uma análise qualitativa complementar à análise quantitativa feita a partir dos questionários. Nas reuniões com essas mulheres lhes foi perguntado, verbalmente e pedido que respondessem por escrito, o seguinte: Em sua atuação institucional, qual a sua percepção sobre a existência ou (in)existência de Rede estruturada de Apoio às Mulheres Egressas do Sistema Prisional no Paraná? Por favor, fazer comentários, tanto se entender como existente ou como inexistente.

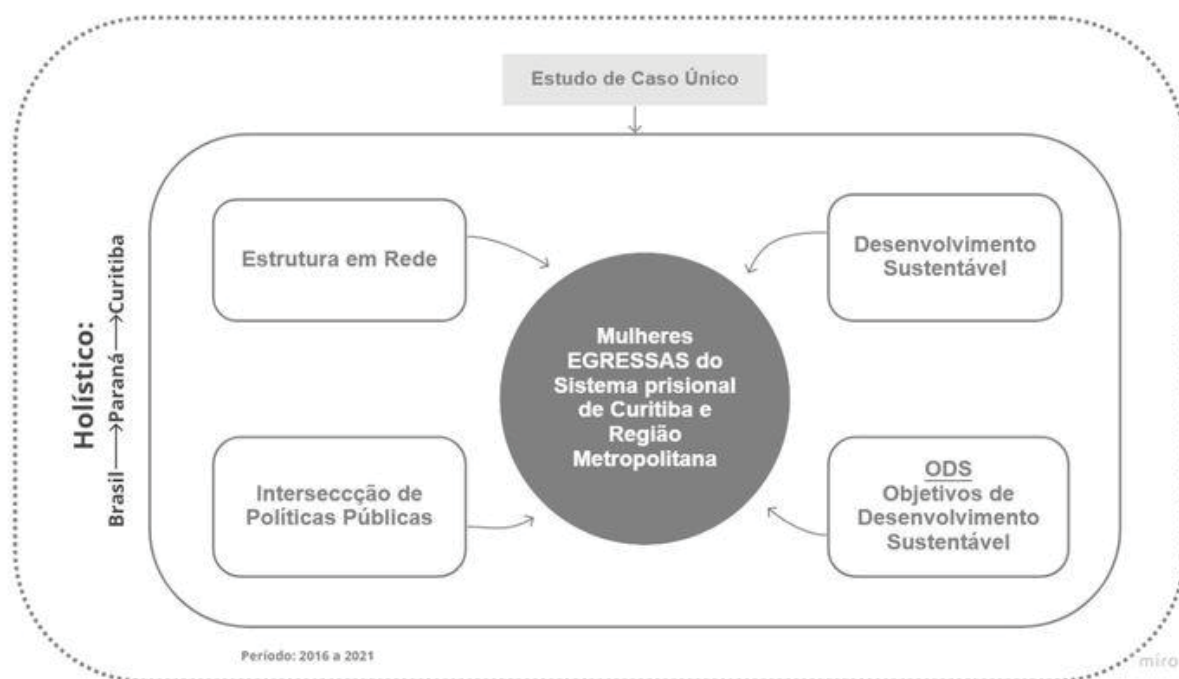
Do ponto de vista teórico, os conceitos serviram de referência para a coleta de dados, seja através dos questionários, seja através das entrevistas, porque, no referencial teórico, buscou-se reunir conceitos que dão fundamento à análise do objeto estudado, apresentando o estado da arte sobre uma estrutura em rede, em especial a relação interinstitucional de Instituições/Organizações integrantes da rede, cujo núcleo central é o Escritório Social, concebido para atender a mulher egressa do sistema prisional de Curitiba.

Como se trata de uma pesquisa, cujas categorias de investigação envolvem uma abordagem de análise quali-quantitativa, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos que dão fundamento à análise do tema, os quais foram utilizados como “lentes” para colocar foco no objeto estudado, mapear as instituições e atores que desenvolvem ações específicas para mulheres egressas, e dando suporte à análise qualitativa.

As categorias de análise pesquisadas são: Estrutura em Rede, Desenvolvimento Sustentável, Intersecção de políticas públicas, ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, relacionados às políticas públicas para mulheres egressas do Sistema Prisional em Curitiba.

Abaixo, o contexto cenário de estudo:

Quadro 1 — Categorias de Análise



Fonte: A autora (2021)

Para subsidiar a análise dos dados obtidos, foi feito uso do *software Gephi*, que permitiu mapear as relações em rede de instituições que contribuem para a consecução da política pública de assistência social do município de Curitiba, efetivada através do Escritório Social.

O *software Gephi* auxiliou na visualização da rede, com a criação de gráficos que permitiram melhor inteligibilidade de pontos convergentes, divergentes, neutros, lacunas e inovações no que se refere a aspectos de cooperação inter e intra rede de Apoio às mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba e a conexão das ações com os objetivos da ODS.

Com a utilização da ferramenta *online* foi possível operacionalizar a pesquisa, utilizando-se de uma abordagem quantitativa, mapeando a estrutura institucional da rede de organizações que integram a política pública de assistência social, identificando aspectos por área (Assistência social, Educação, Jurídica, Trabalho e renda, Moradia/Habitação, Saúde, Alimentação e nutrição, Apoio psicológico, regularização de documentação civil e demais itens que se fizerem necessários) e por tipo de organização (pública, privada ou terceiro setor ou coletivos não formalizados).

O uso dessa ferramenta foi também um importante instrumento de análise das singularidades das instituições que integram ou não a rede, auxiliando a análise qualitativa, pois permitiu o estudo das políticas públicas em instituições em torno do Escritório Social, identificando os principais relacionamentos entre seus atores e a intersecção de políticas públicas oferecidas por elas.

#### 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Quando iniciamos esta pesquisa, o problema que se colocava era: Existe uma rede que apoia as mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba em seu retorno à convivência social? Caso existisse, o objetivo era mapear as organizações/instituições que apoiam as egressas do Sistema Prisional de Curitiba, identificar se elas estavam articuladas ou não em rede e estabelecer qual o grau de consonância de suas ações de apoio com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e sua intersecção com políticas públicas de assistência social.

O mapeamento das ações deveria ser feito identificando a área de atuação (saúde, qualificação, encaminhamento profissional, atendimento psicossocial, assistência jurídica e regularização de documentação civil e demais itens que se fizerem necessários) de cada Instituição/Organização e sua característica (pública, privada ou terceiro setor).

O presente estudo orientou-se, ainda, por algumas hipóteses, especificadas na metodologia. Sinteticamente, as hipóteses afirmavam a existência de um número expressivo de Instituições/Organizações que apoiavam as egressas, estavam articuladas entre si, formando uma rede densamente conectada e atuavam focalizadas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Para atingir os objetivos e testar as hipóteses, usou-se a metodologia do estudo de caso e, como instrumento de coleta dos dados, o questionário e entrevistas, conforme descrito no capítulo da metodologia.

Aplicados os questionários e feitas as entrevistas, a organização dos dados coletados foi feita por tipo de pergunta e optou-se por apresentar, inicialmente, os resultados auferidos pelos questionários, seguidos das entrevistas. Posteriormente, a análise procurou destacar os resultados a partir da conexão com os objetivos do estudo, com o referencial teórico e com as hipóteses levantadas.

As respostas dos questionários, respondidos por 38 atores, que são pontos focais importantes quando o tema é apoio às egressas do Sistema Prisional de Curitiba, foram por escrito e sua análise descritiva vem a seguir.

Quando perguntado se “A instituição em que você colabora já tem/planeja executar ações direcionadas ao público de mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba”, 18 (dezoito) responderam sim, 15 (quinze) não e 5 (cinco) disseram que não sabiam, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 — A instituição em que você colabora já tem/planeja executar ações direcionadas ao público de mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba?



Fonte: A autora (2022).

Pelas respostas, não se pode falar em ausência de ações direcionadas às mulheres egressas, já que 18 pessoas, responderam que a Instituição em que colaboram já tem ou planeja executar ações voltadas para as egressas, 15 pessoas (40%) dos respondentes afirmaram que “não”, e 5 pessoas (13%) não sabem. O “sim” permite afirmar que existem ações, mas não permite dizer se existe uma rede institucional estruturada. Ou seja, considerando que cada instituição desempenharia um papel na rede de apoio, os dados acima apenas apontam para a existência de Instituições/Organizações que desenvolvem ações voltadas para apoiar as egressas, em número até significativo (18), sem poder especificar em que plano estas ações se dão: institucional/individual, com ou sem conexão entre elas.

Mas, a pergunta seguinte dá uma indicação de que estas ações existentes têm pelo menos uma conexão institucional. Quando perguntado se “Há alguma ligação entre a instituição que você representa e o Escritório Social/DEPEN de Curitiba”, ou seja, com a Instituição que tem como atribuição dar apoio às egressas do Sistema Prisional de Curitiba, 18 dos respondentes afirmaram que “não”, mas 16 responderam sim. Ver Figura 2, a seguir.

Gráfico 2 — Há alguma ligação entre a instituição que você representa e o Escritório Social/DEPEN de Curitiba?

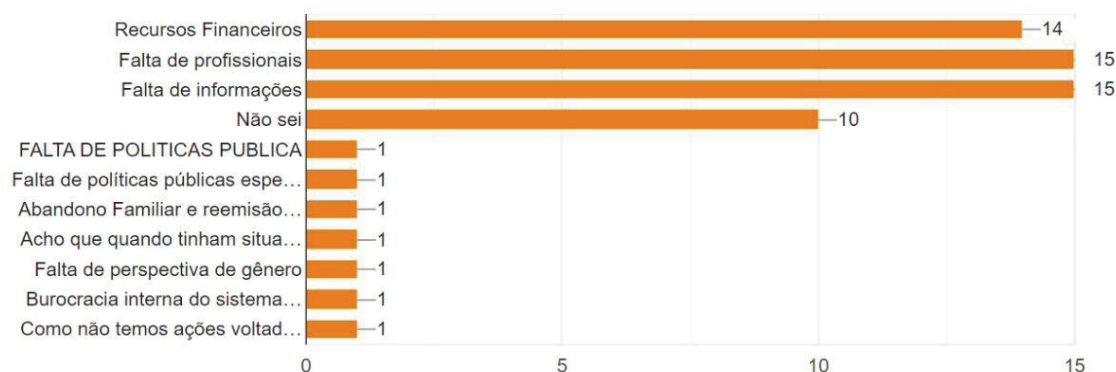


Fonte: A autora (2022).

As 16 respostas “sim” parecem indicar que existe uma rede de apoio, que não está estruturada formalmente, pois tem ligação com o Escritório Social de forma isolada. E, ainda, esta rede não incorpora todas as Instituições/Organizações que desenvolvem ações com as egressas, já que na primeira questão, 18 respondentes afirmaram que desenvolviam ações voltadas às egressas. Portanto, nesta pergunta, duas não têm ligação com o Escritório.

A pergunta, a seguir, se refere às dificuldades enfrentadas para dar apoio às mulheres egressas e permitia mais de uma resposta. Como se pode ver no Gráfico abaixo, as respostas de maior incidência foram: “Falta de Informações” (15), “Recursos Financeiros” (14) e “Falta de Profissionais” (15).

Gráfico 3 — As dificuldades em prestar apoio as egressas

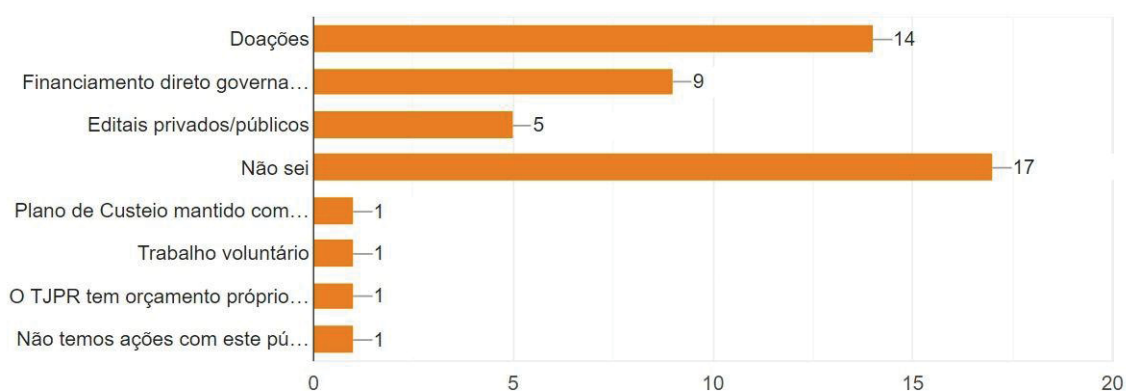


Fonte: A autora (2022).

Este resultado pode indicar que um dos desafios para que se estruture formalmente uma rede de apoio às mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba é “a falta de informação”. Se não existe informação, não se pode construir uma rede, conforme vimos em Silva (2007), e nem um modelo de governança para geri-la. Esta situação é agravada, ainda, em razão da falta de “Recursos Financeiros” (14) e da “Falta de Profissionais” (15), ou seja, recursos humanos que formem um corpo administrativo, provido de lideranças que executem as ações previstas para a mobilização da rede.

A pergunta seguinte qualifica a questão dos financiamentos, especificando suas fontes, embora a resposta de maior incidência tenha sido “Não sei”. Ver Gráfico, a seguir.

Gráfico 4 — Fontes de financiamento para as Ações de Apoio as Egressas



Fonte: A autora (2022).

Quando perguntado “Quais são as fontes de renda para as ações destinadas às mulheres egressas dos Sistema Prisional”, 14 responderam “Doações”; 9, “Financiamento direto do governo”; 5, “Editais Privados/Públicos”; e, 17 responderam “Não sei”. O “Não sei” pode indicar falta de informação dentro da própria Instituição/Organização, entre “peças-chave”, pois foram elas que responderam ao questionário. Por outro lado, pode indicar que não existe verdadeiramente uma política pública institucionalizada para atender às mulheres egressas, com fontes de financiamento explícitas, o que justificaria o desconhecimento a respeito das fontes onde as Instituições/Empresas podem obter recursos para atender às egressas.

No que se refere aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foram feitas 2 questões. A primeira foi se a Instituição atendia a algum objetivo e tinha três opções de resposta: Sim, Não e Não sei.

Gráfico 5 — A instituição atende a algum Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?



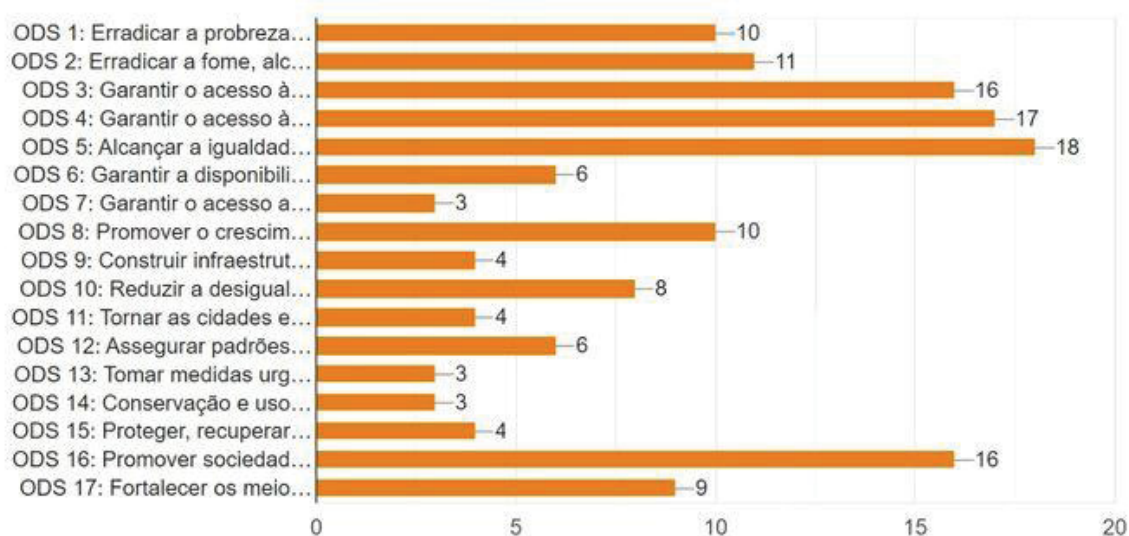
Fonte: A autora (2022).

Conforme pode se observar no Gráfico acima, 28 dos respondentes afirmaram que “sim”, 4, “não sei” e 6 disseram “não”. Essas respostas permitem

apenas concluir que mais de 70% das Instituições/Organizações dos respondentes atendem a algum dos ODSs.

Para uma melhor qualificação dos resultados, foi solicitado, aos que responderam “sim”, que assinalassem quais objetivos sua Instituição/Organização atendia. Os resultados podem ser observados no gráfico abaixo.

Gráfico 6 — ODS atendidos pelos respondentes



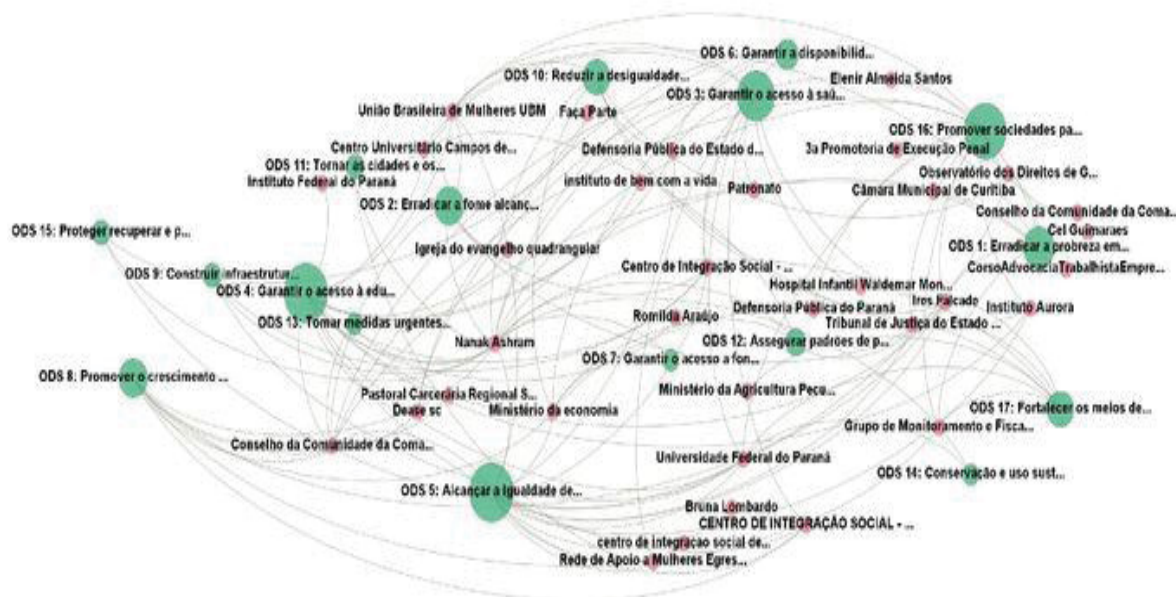
Fonte: A autora (2022).

Como se pode observar, os objetivos de maior incidência foram: dezoito (18) responderam apontando o ODS 5, que trata de “Igualdade de Gênero”; dezessete (17) assinalaram o ODS 4: “Educação de Qualidade”; dezesseis (16) assinalaram 3 ODSs: o ODS 16: “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, o ODS 4: “Garantir o acesso à Educação Inclusiva e permanente” e o ODS 3: “Saúde de Qualidade”; onze(11) assinalaram o ODS 1: “Erradicação da pobreza”; dez (10) assinalaram o ODS 2: “Erradicação da fome e dar Segurança alimentar” e o ODS 8: “Promover o crescimento econômico sustentável”.

As respostas apontam para o fato de que há Instituições/Organizações que assumem ações de apoio às necessidades das mulheres egressas, tais como: igualdade de gênero, a área de educação e saúde, de maneira cooperativa o sistema de justiça, a erradicação da pobreza, da fome dando segurança alimentar, entre outros.

Uma melhor visualização da atuação das Instituições/Organizações, em relação aos ODS, pode ser feita através do gráfico bimodal, abaixo. Graficamente, percebe-se que nesta comunidade de atores há uma maior aproximação em termos de ações, do que num primeiro momento se poderia supor, formando *clusters*, identificados pelo algoritmo de modularidade do Ghafi.

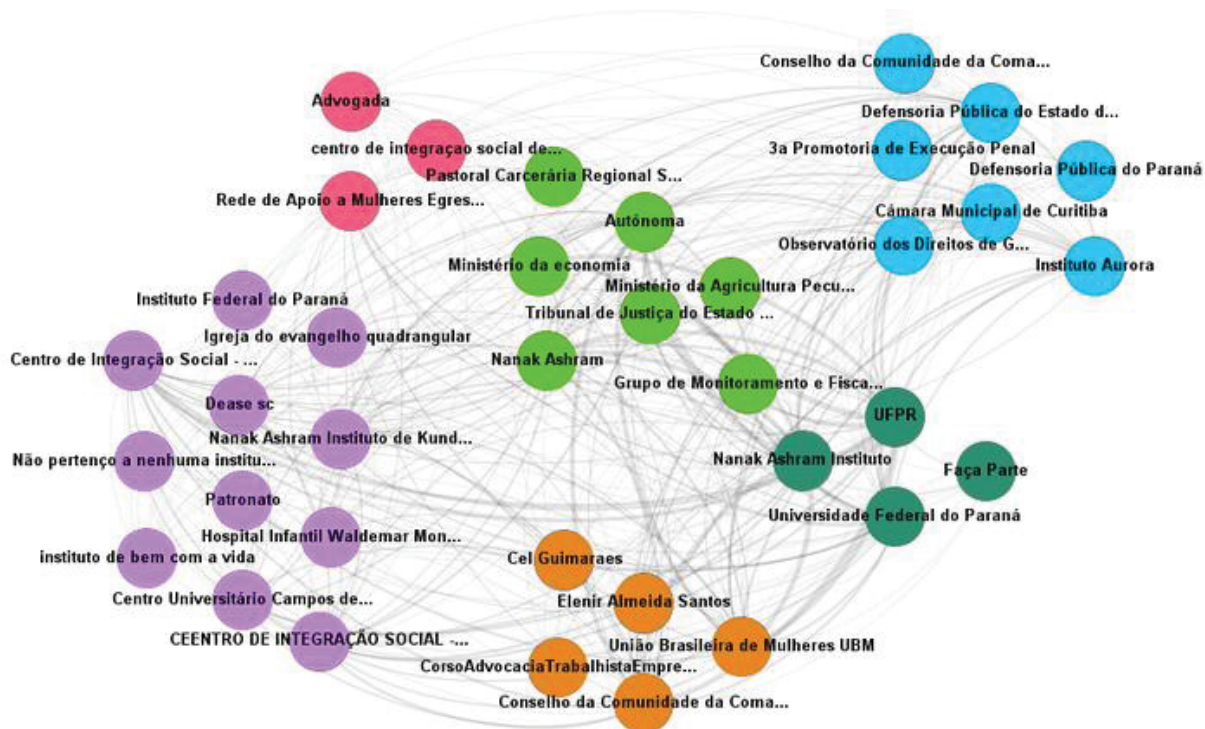
Gráfico 7 — Atores e ODS - Grafo Bimodal



Fonte: A autora (2022).

O grafo seguinte foi obtido a partir da transformação de uma rede bimodal, com dois tipos (modos) de nós: os atores e os ODS. O algoritmo retira um dos tipos, no caso, os ODS, conectando diretamente os nós remanescentes, no caso, os atores, obtendo um grafo unimodal.

Gráfico 8 — Rede unimodal das instituições agrupadas por ODS



Fonte: A autora (2022).

Legenda:

ODS 16 - Azul Royal - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ODS 3 - Rosa forte - SAÚDE e Bem-estar

ODS 4 - Verde: educação de Educação de Qualidade

ODS 17 - Amarelo - Parcerias e meios de Implementação

ODS 5 - Rosa claro - Igualdade de Gênero

ODS 2 - Azul claro - Fome Zero e Agricultura Sustentável

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Feita a análise descritiva das respostas dos questionários, concluiu-se que muitas questões ficaram em aberto e precisavam ser esclarecidas. Para tanto, foram feitas entrevistas com pessoas que atuavam em cargos-chave nas Instituições/Organizações e em instituições comunitárias, conforme explicitado na metodologia.

Uma advogada do Conselho da Comunidade, entidade fundamental para as pessoas em privação de liberdade, ao ser indagada sobre sua percepção a respeito da (in)existência de Rede de Atendimento às Mulheres Egressas do Sistema Prisional no Paraná, disse o seguinte:

Maria Rita! A percepção decorrente da minha trajetória profissional, relacionada à causa prisional e à rede de atendimento/ou acolhimento, é de decepção, pois inexistiu rede em favor da mulher, assim como do homem egresso do sistema prisional. Era de se esperar que em se tratando de mulheres, menor número em relação aos homens, alguma coisa de tudo que é discutido em todas as áreas se concretizasse e se firmasse, mas não....

Uma rede isolada aqui, outra acolá, não subsiste aí tempo, a burocracia, a falta de planejamento a longo prazo, e principalmente, ao abandono da cultura do preconceito e misoginia contra as mulheres. O homem também sofre com a falta de rede de apoio quando sai da prisão, e eventual preocupação com isso desencadeia o ódio e repúdio da sociedade contra esses arautos, mas contra a mulher é muito, muito pior.... A mulher é severamente punida quando "cai em deslize", tanto pela família, sociedade e principalmente pelos atores públicos (médicos, juizes, promotores etc.). A mulher vive permanentemente a condição de desrespeito, da falta de empatia, ainda mais em se tratando de egressas. Tu viste aquele caso da mulher em depressão que tentou suicídio e perdeu o bebê e agora está sendo processada? Alguém se preocupou com a condição mental da mulher? Não.... Mas, em puni-la, sim.... Desculpas pelo desabafo, mas, ano após ano a gente viu desfilar em nossas frentes supostas "novas eras" de respeito e cumprimentos às leis de proteção à mulher, mas, ao final, nada se concretiza.... São ações com pontas soltas e que por qualquer imprevisto (má vontade do gestor público, má vontade do agente público, falta de planejamento público, falta de qualificação do técnico etc.), tem a sua continuidade interrompida....

O relato acima corrobora a ideia visualizada pelos resultados dos questionários, de que não há uma rede estruturada, e, mais do que isso, coloca em relevo o fato de a mulher ser punida diversas vezes por ser mulher, como se a sociedade tivesse um rigor maior em seu julgamento. Evidencia, ainda, que as ações são pontuais, sujeitas a momentos de entusiasmo, logo apagados, sem planejamento institucional de médio e de longo prazo.

Outra entrevistada, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com cargo no departamento de Direito Penal e Processual Penal da UFPR. Integrante do Comitê Gestor de Precedentes, em matéria criminal do TJPR e Colaboradora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e de Adolescentes em Conflito com a Lei, do TJPR, explicitou sua visão ressaltando, de um lado, a necessidade de informação sobre sua existência e, de outro, a resistência que existe no sentido de implementar políticas públicas, principalmente para mulheres, de atendimento aos/às egressos/as do Sistema Prisional:

A Rede, para que seja conhecida, acessada e, portanto, efetiva, tem que se colocar de modo que as destinatárias saibam que existe, conheçam o fluxo e dela possam se valer. Penso que, ainda, estamos longe de alcançarmos esse ponto. Pois é perceptível a resistência em implementar políticas de atendimento à população carcerária, muito especialmente, às mulheres.

Uma psicóloga autônoma e doutora em Educação, com uma tese sobre o perfil das egressas do Sistema Prisional de Curitiba, destaca a falta de apoio às mulheres egressas, a discriminação e o preconceito que sofrem. Enfatiza, ainda, que “uma rede de apoio, proteção e encaminhamento” seria essencial para tirá-las do processo de “exclusão e marginalização social”. Nas palavras dela,

É muito triste perceber que as mulheres egressas do sistema penitenciário não possuem nenhum apoio e suporte efetivo para dar continuidade em suas vidas em liberdade. A sociedade é preconceituosa e fecha as portas para pessoas com histórico criminal. Uma rede de apoio, proteção e encaminhamento é essencial e fundamental para tirar essas mulheres da exclusão e marginalização social. Sem investimento nesta rede, pouco se faz para reparar as lacunas de discriminação e preconceito que essas mulheres já enfrentaram na vida.

Uma Promotora de Justiça da 3ª. Promotoria de Execução Penal, fala da necessidade de se ter uma rede de apoio para a reinserção das egressas na sociedade, acreditando que há uma relação entre a falta da rede de apoio e a reincidência no crime. Segundo ela,

A existência de uma rede de atendimento aos egressos é extremamente necessária. Pois no momento em que o reeducando ou reeducanda obtém novamente o seu status de liberdade, o Estado deve apoiá-lo/aa encontrar um novo e positivo rumo na sua vida. Acredito que um dos motivos do alto índice de reincidência se deve justamente à inexistência de uma rede de apoio (efetivo) aos egressos de uma forma geral.

Embora a questão da reincidência não tenha sido contemplada neste estudo, como já se destacou anteriormente, reconhecemos sua importância e indicamos como uma situação a ser estudada futuramente, conectada à questão da rede de apoio às egressas.

A diretora do Escritório Social na ocasião da autorização para o curso de extensão universitária Jornada de Desenvolvimento Pessoal (2021) para mulheres egressas e para a pesquisa, e, quando concluímos este estudo tinha um cargo no Presídio Feminino II - CIS (Centro de Integração Social), também disse que não

existe uma rede estruturada, estabelecida, formalmente criada para apoio às mulheres egressas. Mas, acrescentou que existem alguns serviços de atendimento, bem como Instituições ou pessoas que, individualmente, auxiliam essas mulheres. Ela assim se expressou:

Não há uma REDE estabelecida para atendimento à mulher egressa do sistema prisional; há sim, serviços especializados de atendimento à mulher. Existem individualmente instituições e ou pessoas que atuam no auxílio de mulheres egressas e suas famílias.

Uma Defensora Pública não só não fez referência à rede, como destacou que há uma competição de omissão entre os diferentes órgãos de Políticas Públicas que deveriam atender às egressas. Órgãos na área da Saúde, da Assistência Social, da Segurança e da própria justiça. Fala, ainda, da sobrecarga dessas mulheres no sentido do cuidado com os filhos e outras pessoas da família. Segundo ela,

A única política clara e consistente para as pessoas selecionadas penalmente é a prisão. Esse é o único dispositivo conhecido pela população em geral e acolhido no cotidiano dos trabalhadores do sistema de justiça. Garantida a privação de liberdade, não importa o que ocorre com a vida e com o corpo de quem está sujeito à prisão, daí porque não importa se serão disponibilizados serviços que vão se responsabilizar por criar alternativas de vida pós-cárcere. No Paraná, a gestão estadual da saúde, por exemplo, tem uma divisão que, em tese, destina-se às pessoas privadas de liberdade, mas recuam quando é instada a cuidar dessas pessoas. A assistência social foi instada, mas não ofereceu nada consistente. A gestão da segurança pública não consegue perceber o quanto a garantia de direitos e o cuidado com as pessoas refletiria positivamente na única razão do existir deles, a segurança. É uma espécie de competição de quem é mais omissor. A Defensoria Pública, infelizmente, não fica de fora porque também não oferece serviços para todas as pessoas, homens e mulheres, que precisam. Bem, em relação às mulheres em particular, é especialmente triste a inexistência da política porque todo mundo sabe que para as mulheres pesa o cuidado com filhos e com a casa, por vezes, pesa também o cuidado com outros membros da família, especificamente se forem homens. Na minha prática de Defensoria Pública, vi isso acontecer muitas, muitas vezes. As mulheres selecionadas penalmente são abandonadas por família, sociedade e Estado, então como é possível ainda exigir dessas pessoas que cuidem de algo e de alguém se elas mesmas não recebem nenhuma assistência?

Para concluir esta análise descritiva dos dados obtidos nos questionários e nas entrevistas, tomando como referência a problemática deste estudo, seu fundamento teórico, seus objetivos e hipóteses, pode-se afirmar, a partir das

respostas, de que não existe uma rede estruturada, estabelecida, formalmente instituída, de apoio às egressas do Sistema Prisional de Curitiba. Até porque, como disse Silva (2007), uma rede pressupõe valores, propósitos e pactos coletivos, comunicação e interatividade, o que alimenta a própria rede.

O que os dados apontam é que existe um número até significativo de Instituições/Organizações que apoiam as egressas, que grande parte delas tem contato com o Escritório Social/DEPEN e que um número até significativo orienta suas ações pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, mas de forma individual, sem comunicação e sem interatividade/conexão interinstitucional, o que caracterizaria uma rede.

As entrevistas permitiram uma análise mais qualitativa da situação, na medida em que as entrevistadas eram pessoas que ocupam cargos-chave na estrutura do Sistema Prisional e foram explícitas ao verbalizar ou escrever sua visão da situação estudada. Por exemplo: de que não existe uma rede de apoio formalmente estruturada, os órgãos responsáveis pelas políticas públicas têm uma atitude de omissão em relação ao atendimento às egressas, que são apenas vistas do ponto de vista penal, o que evidencia o caráter punidor do Estado, eficiente no encarceramento, mas não na ação para ressocializar aqueles/as que retornam ao meio social.

Neste sentido, a pesquisa trouxe luz para um problema bastante merecedor de atenção que é a descontinuidade das políticas públicas e a desarticulação das instituições envolvidas que alicerçariam a participação de cada órgão/entidade em sua função no interior de uma rede.

Considerando o exposto, este estudo indica, ainda, que o atendimento às mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba reclama a criação de uma rede que, além de dar, por meio das Instituições/Organizações, concretude e pleno acesso aos direitos previstos em lei, às egressas, deve ofertá-los de maneira indissociada dos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS.

E, diante do exposto a questão que surge é: as instituições que atendem as egressas em Curitiba estão em condições de se estruturar em rede e exercer uma verdadeira governança?

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, mais do que elencar conclusões, haja vista que já foram explicitadas na análise dos resultados, vou me ater a algumas inferências e propor algumas possíveis ações a serem desenvolvidas para se criar uma rede de apoio às egressas do sistema prisional de Curitiba.

Depois de ampla busca de atores e instituições que trabalham com acolhimento e ou encaminhamento às mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba, a análise dos dados coletados, como já explicitado no capítulo anterior, permitiu que se chegasse à conclusão de que as Instituições/Organizações, que desenvolvem alguma ação no sentido de acolhimento das egressas, não atuam de forma integrada, ficando evidente que muitas, inclusive, realizam suas atividades de maneira isolada, o que significa que há ausência de uma governança político-institucional no que se refere à política pública, como também de instituições que assumam a efetivação dessa integração.

Pensando no propósito de reintegração social de mulheres egressas do Sistema Prisional, constatar que não existe uma rede estruturada, articulada e conectada que apoie essas mulheres se apresenta como um grande desafio, numa perspectiva de ações de direitos humanos visando o desenvolvimento como liberdade.

Tal fato é preocupante quando se pensa que as pessoas que responderam aos questionários e entrevistas são “peças-chave” no que concerne à temática aqui tratada. O que se concluiu, a partir da pesquisa, é de que não existe verdadeiramente uma política pública institucionalizada para atender às mulheres egressas, o que torna imperioso que sejam tomadas medidas no sentido de se institucionalizar esta política, definindo regras que normatizem seu *modus operandi*, especificando instituições participantes, coordenação e fontes de recursos para sua sustentabilidade.

Os resultados da presente pesquisa podem indicar caminhos no sentido de se construir essa rede de apoio às egressas do sistema prisional, que pensamos deverá ser implementada tendo o escritório social como mola propulsora, aumentando o grau de eficiência, eficácia e efetividade da Política Pública, em consonância com os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Considerando o exposto, propõe-se a criação de uma rede, elencando as instituições, as políticas e, ainda, os ODS que cada órgão/entidade deverá assumir como responsabilidade no processo, conforme os GRAFOs, concebidos pela ferramenta denominada “Gephi”, apresentados na análise dos resultados, observando que os nós estão dimensionados pelo grau de entrada, ou seja, quanto mais citado o ODS, maior o grau.

Para complementar, seguindo a análise dos resultados e orientando-se pelos princípios fundamentais de uma rede, entende-se que seja necessário dar publicidade das ações realizadas e da estruturação de políticas públicas em rede, para alimentar a sinergia entre as instituições e atores que atendem e/ou acolhem as mulheres egressas, na tentativa de sua ressocialização. Sabendo dos percalços e das múltiplas competências necessárias, envolvidas no processo de desenvolvimento de parcerias e atuação em rede, é fundamental o envolvimento nos âmbitos, tecnológico, econômico, social, humano e ecológico que requerem uma forte adaptabilidade e interatividade social (GOEBERT, 2005).

Espera-se que este estudo contribua para refletir sobre práticas organizacionais em rede, para o empenho em se construir uma estrutura político-institucional que viabilize uma verdadeira Rede de Apoio às Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba, em termos de Política de Segurança Pública, envolvendo egressas do sistema prisional.

Esta pesquisa pode contribuir, ainda, no sentido de:

- Permitir que estudos futuros identifiquem a existência ou não de transversalidade e intersetorialidade das iniciativas e políticas de segurança pública no município de Curitiba, o que ajudaria a implementação e gestão em rede;
- Proporcionar aos profissionais, pesquisadores e estudantes das Ciências Ambientais, Ciências da Administração Pública, de Ciência Política e de outros domínios das Ciências Humanas, que se interessam pela problemática aqui suscitada, a familiaridade com a temática;
- Ser uma fonte de reflexão para que a administração pública modernize-se, atingindo padrões de qualidade no que tange à política de assistência social para as mulheres egressas do sistema prisional.

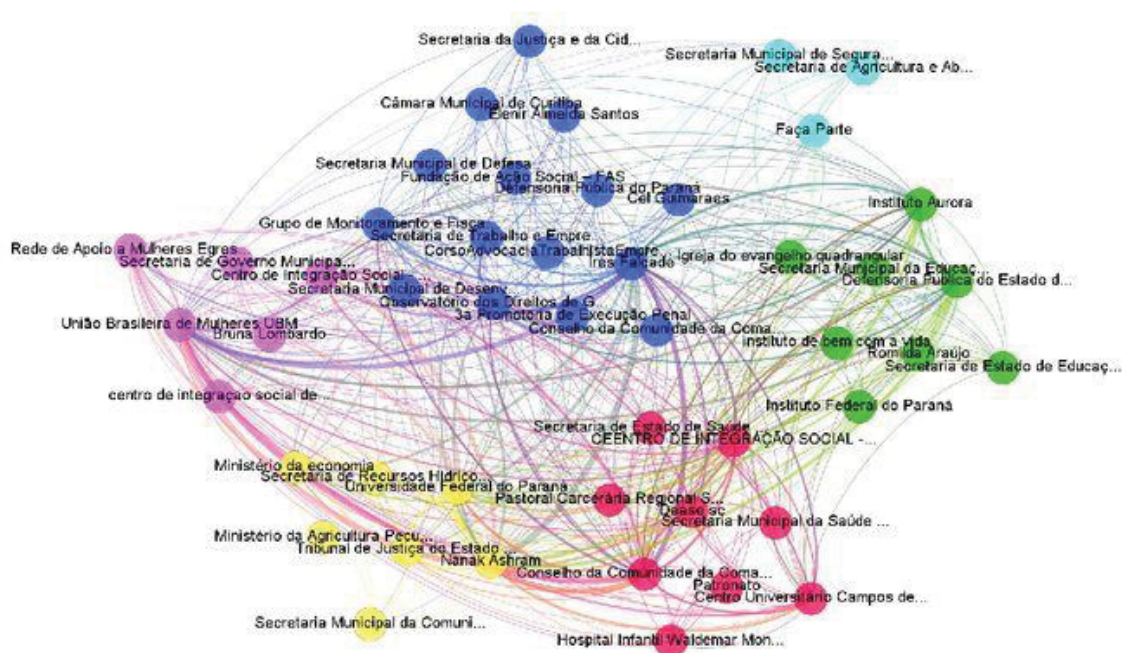
Pretende-se, ainda, que a pesquisa gere publicações que servirão para o enriquecimento do "estado-da-arte" ou do arcabouço teórico sobre o tema Política de

Segurança Pública, voltado às mulheres, envolvendo arcabouço teórico sobre desenvolvimento como liberdade, no sentido de Sen (2010) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2015).

Para concluir essas considerações, propõe-se a criação de uma rede, elencando as instituições, as políticas públicas e, ainda, os ODS que cada órgão/entidade poderá assumir como responsabilidade no processo. Buscar, em parceria, se obter um painel que proporcione processo de análise inter e intrasetorial de políticas de priorização de investimentos, em ações públicas com vistas à redução das disparidades sociais, ambientais e econômicas, bem como para diminuir a criminalidade.

No quadro abaixo, a rede proposta, construída a partir de Instituições Públicas, Organizações, Entidades da Sociedade Civil, com a articulação do Escritório Socia/DEPEN.

Gráfico 9 — A rede proposta



Fonte: A autora (2022).

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Pierre S. M. C. de. **O conceito utilitarista do direito e a transformação da realidade**. Jus.com.br. 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7785/o-conceito-utilitarista-do-direito-e-a-transformacao-da-realidade>. Acesso em: 13 out. 2022.
- ANJOS, Edmundo B. R. dos. Pressupostos Conceituais do Estado Empreendedor na Constituição Federal de 1988. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 289-322, maio 2016.
- ARTUR, Angela T. **Práticas do encarceramento feminino**: presas, presídios e freiras. São Paulo, 2017. 239 p Tese (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BARALHO, Lidiane A. de; BARROS, Vanessa A. de. Entre a cruz e a espada: a reintegração de egressos do sistema prisional a partir da política pública do governo de Minas Gerais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 549-565, 12 2014.
- BARBALHO, Lidiane A. de; BARROS, Vanessa A. de. O Lugar do Trabalho na Vida do Egresso do Sistema Prisional: Um estudo de caso. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 198-212, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v3n2/v3n2a09.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979. 1960 p. (a).
- BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense S.A., f. 42, 1986. 84 p.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 7.210, de 10 de julho de 1984. **Diário Oficial da União**, <http://www.planalto.gov.br>. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.210%2C%20DE%2011%20DE%20JULHO%20DE%201984.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Execu%C3%A7%C3%A3o%20Penal.&text=Art.,do%20condenado%20e%20do%20internado..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.210%2C%20DE%2011%20DE%20JULHO%20DE%201984.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Execu%C3%A7%C3%A3o%20Penal.&text=Art.,do%20condenado%20e%20do%20internado..) Acesso em: 13 out. 2022.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, f. 357, 2005. 713 p.
- CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos no Brasil**. <https://www.cnj.jus.br/>. Brasília/DF, 2015.

Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

CNJ. Ministério da Justiça. Relatório nº 1, de 27 de setembro de 2018. Institui **Comitê** Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030.: DJ-e nº 206/2018, em 24/10/2018, pág. 2, 10 out. 2018. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/1Relatorio\\_Seminario\\_de\\_Apresentacoes\\_dos\\_Trabalhos\\_do\\_Comite\\_dos\\_ODS.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/1Relatorio_Seminario_de_Apresentacoes_dos_Trabalhos_do_Comite_dos_ODS.pdf). Acesso em: 13 out. 2022.

CROFT, John. **Dragon Dreaming**: a Manual for personal empowerment, community and building environmental action. Gaia Foundation, 1991. 873 p.

DMITRUK, Hilda B. (Org.). **Cadernos metodológicos**: diretrizes da metodologia científica. 5 ed. Chapecó: Argos, 2001. 123 p.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento: A Invenção do Sub Desenvolvimento. *In*: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 59-83.

FALCADE, Ires A. **A (RE) INSERÇÃO SOCIAL DE MULHERES COM HISTÓRIAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**. Curitiba, f. 220, 2019. 220 p Tese (Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/65714/R%20-%20T%20-%20IRES%20APARECIDA%20FALCADE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 mar. 2022.

FERREIRA, Jorge C. **Os conselhos da comunidade e a reintegração social**. São Paulo, 2014 Dissertação (Faculdade de Direito) - Universidade São Paulo - Usp, São Paulo, 2014.

FONTES, Luiz E. F. **Gestão Ambiental Municipal**: Manual prático. 1 ed. Viçosa: A.S. Sistemas, v. 1, 2014. 423 p.

GOEBERT, Adriano Rogério. **Governança em rede e a experiência de Santa Catarina**. Florianópolis, f. 446, 2005. 446 p Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102935/211426.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 out. 2022.

GOMES, Iria Z. Fundamentos da concepção de rede: tópicos para discussão. **1 Encontro Paranaense da Rede Brasileiras de Agendas 21 locais**, Curitiba, 28 08 2007.

HIGGINS, Silvio S.; RIBEIRO, Antonio Carlos. **Análise de Redes em Ciências Sociais**. Brasília: ENAP, 2018. 227 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3337>. Acesso em: 15 nov. 2020.

HOROCHOVSKI, Rodrigo; SIRINO, Nárika P. Sentidos e usos do empoderamento na pesquisa social. **Appris**, p. 249-271, 12 Junho 2020.

IPEA. **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. <https://www.ipea.gov.br/>. Brasília, 2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca\\_Publica/texto\\_base\\_1\\_conferencia\\_seguranca\\_publica.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Publica/texto_base_1_conferencia_seguranca_publica.pdf). Acesso em: 23 jun. 2021.

LE MOS, Ronaldo; FELICE, Massimo di. **A Vida em rede**. 1 ed. Papirus Editora, v. 2, f. 72, 2014. 144 p. (Coleção Papirus debates).

MELO, F. et al. **Política nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. 228 p. (Série Justiça Presente). Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-Pessoas-Egressas-do-Sistema-Prisional\\_eletronico.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-Pessoas-Egressas-do-Sistema-Prisional_eletronico.pdf). Acesso em: 12 nov. 2021.

MICHALSKI, Maria R. T. **Rede de desenvolvimento de pessoas da administração pública no estado do paraná: Relato de experiências e desafios**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, n. II. 2017. 1 ed. Anais eletr nicos [...] Matinhos: 8-26-63839-85-978: ISBN, 2017. 584 p. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/15potEWFjH5To29nAef\\_03HHxRqU0ORPb/view](https://drive.google.com/file/d/15potEWFjH5To29nAef_03HHxRqU0ORPb/view). Acesso em: 3 ago. 2022.

MICHALSKI, Maria R. T. **Mulheres Empreendedoras Líderes – MEL: REDE DE MULHERES**. Matinhos - PR, 2020. 49 p Trabalho de Conclusão de Curso (Alternativas para uma Nova Educa o) - Universidade Federal do Paraná, UFPR Litoral, 2020.

MORIN, Edgar. **Reformar o pensamento: a cabeça bem feita**. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, f. 69, 2012. 137 p.

MOSCOVICI, Serge. **A Representa o social da psicanálise**. trad. de  lvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, f. 146, 1978. 291 p.

OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável (ODS): **Indicadores Brasileiros**. <https://odsbrasil.gov.br/>. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-288, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6812>. Acesso em: 8 mar. 2022.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil**: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira. Santiago e São Paulo: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021. 97 p. (Documentos de Projetos).

PERROT, Michele. **Os excluídos da história; operários, mulheres e prisioneiros**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz & Terra, 1992. 332 p.

PINHEIRO, Maurício M. S.; SANTOS, Alexandre H. O. Desenvolvimento e direitos humanos: uma proposta de revisão teórica para avaliar a articulação institucional das políticas de direitos humanos no Brasil. **IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 8 abril 2014.

PRADO, Adelia. **Adelia prado - poesia reunida**. São Paulo: Siciliano, f. 272, 1991. 544 p.

PRADO, Alessandra. **Panorama Atual PPLS no Paraná**. 2022. 35 slides. Disponível em: <https://prezi.com/p/5xnbjuen8zyq/alessandra-prado-pfp/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

PRISONSTUDIES.ORG. **Lista mundial de prisão feminina**. Londres, 2020. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/news/world-female-imprisonment-list-fourth-edition>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SANTIAGO, Mariana R. S.; ANDRADE, S. L. A construção complexa do desenvolvimento: uma análise pelo prisma da teoria da complexidade. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 180-197, Set 2018. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/2667/1835>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, f. 205. 1999. 409 p.

SENA, Lucas. Regulação de novos mercados e inovação: uma abordagem a partir do Estado empreendedor e do interesse público. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 99-116, maio 2020.

SILVA, M. C. B. de. Reflexões sobre a construção e participação em REDE. Textos das Palestras. **1º. Encontro Paranaense da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais**. Curitiba. 28 e 29 de agosto de 2007.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, p. 20-45, juldez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SOUSA, Diogo Araújo de; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Redes sociais e relacionamentos de amizade ao longo do ciclo vital. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 53-66, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862011000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 28 out. 2021.

SOUZA, Rafaelle L.; SILVEIRA, Andrea M. Egressos do sistema prisional no mercado formal de trabalho: oportunidade real de inclusão social?. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 21, n. 2, 2017. EDUFMA. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8245/0>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SÁ, Priscilla P. **Diário de uma Intervenção**: Sobre o cotidiano de Mulheres no Cárcere. Florianópolis: Emais, 2018. 182 p.

UN WOMEN. **Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o panorama de gênero 2019**. <https://www.unwomen.org/en>. 2019. 24 p. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2019/09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2019>. Acesso em: 5 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **A interseccionalidade nas políticas públicas no enfrentamento à violência de gênero no município de Teresina/PI**. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/>. São Luiz /Maranhão, 2019. 310 p. Disponível em: Acesso em: 13 out. 2022.

WARREN, Ilse Scherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, Abril 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>. Acesso em: 20 abr. 2022.

YIN, ROBERT K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, f. 145, 2001. 290 p.

## APÊNDICE A — Questionário de Pesquisa

08/09/22, 16:52

Mapeamento da Rede de Apoio à Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba

## Mapeamento da Rede de Apoio à Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba

Você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa, sob a responsabilidade de Maria Rita Michalski. Esse formulário faz parte da pesquisa de mapeamento da rede de apoio às mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba e leva cerca de 15 minutos para ser respondido. A participação neste estudo é voluntária. Você não é obrigado a participar e pode desistir a qualquer momento. Reserve um tempo para ler o TCLE antes de decidir se deseja participar deste estudo. Para participar, é necessário ler e concordar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

([https://docs.google.com/document/d/1CER2z9jpd5Y5d9BKfs1XF7AN\\_HBwqL0gA6jChXYQ2Z8/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1CER2z9jpd5Y5d9BKfs1XF7AN_HBwqL0gA6jChXYQ2Z8/edit?usp=sharing)). As informações aqui serão utilizadas apenas para fins de pesquisa acadêmica e de desenvolvimento de Extensão Universitária da UFPR, pelo Projeto Mulheres Empreendedoras e Líderes em parceria com o Escritório Social/DEPEN-PR. O preenchimento e envio de respostas neste formulário eletrônico implica que você concorda em participar voluntariamente da pesquisa e manifesta pleno entendimento das condições descritas no TCLE. Não há respostas "certas" ou "erradas". Você poderá resumidamente responder algumas perguntas com suas próprias palavras. Observação: não clique no botão "Voltar" do seu navegador ao preencher a pesquisa!

**\*Obrigatório**

1. Email \*

---

2. Diante das explicações você acha que está suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa que será realizada e concorda de livre e espontânea vontade em participar, como colaborador ? \*

*Marcar apenas uma oval.*

SIM

NÃO

Mapeamento da Rede de Apoio à Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba

08/09/22, 16:52

Mapeamento da Rede de Apoio à Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba

3. 1 / 15 - Nome da instituição \*

---

4. 2 / 15 - Nome do responsável legal pela instituição em 2022. \*

---

5. 3 / 15 - Endereço \*

---

6. 4 / 15 - Cidade \*

---

7. 5 / 15 - Estado \*

---

8. 6 / 15 - Como podemos contatar a instituição? (Instagram, Site, E-mail, Telefone, etc.) - Você pode inserir mais de uma opção de contato no espaço abaixo: \*

---

---

---

---

---

9. 7 / 15 - A instituição em que você colabora já tem / planeja executar ações direcionadas ao público de mulheres egressas do Sistema Prisional de Curitiba? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

08/08/22, 16:52

Mapeamento da Rede de Apoio à Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba

10. 8 / 15 - Caso tenha marcado "Sim" na questão anterior, utilize o espaço abaixo para descrever a(s) ação(ões):

---

---

---

---

---

11. 9 / 15 - Há alguma ligação entre a instituição que você representa e o Escritório Social / DEPEN de Curitiba? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Não sei

12. 10 / 15 - Se a resposta anterior foi "Sim", qual a área de atuação junto ao Escritório Social / DEPEN de Curitiba destinada ao público de mulheres egressas? - Você pode marcar mais de uma resposta e inserir outra resposta no campo "Outro":

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Assistência social  
 Educação  
 Jurídica  
 Trabalho e renda  
 Moradia / Habitação  
 Saúde  
 Alimentação e nutrição  
 Outra: \_\_\_\_\_

08/09/22, 16:52

Mapeamento da Rede de Apoio à Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba

16. 14 / 15 - A instituição atende a algum Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não sei

08/09/22, 16:52

Mapeamento da Rede de Apoio à Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba

17. 15 / 15 - Se a resposta anterior foi "Sim", indique a(s) ODS atendida(s) - Você pode marcar mais de uma resposta: \*



Marcar tudo o que for aplicável.

- ODS 1: Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- ODS 2: Erradicar a fome, alcançar a seg. alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- ODS 3: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- ODS 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- ODS 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
- ODS 7: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;
- ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
- ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
- ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- ODS 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
- ODS 14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
- ODS 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
- ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

08/09/22, 16:52

Mapeamento da Rede de Apoio à Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba

ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Você  
conhece  
alguma  
outra  
instituição  
que apoia  
mulheres  
egressas?

Caso você conheça outra(s) instituição(ões) que apoia(m) mulheres egressas, utilize os espaços abaixo para escrever o nome da(s) instituição(ões). - Você pode indicar até 5 (cinco) instituições em ordem decrescente, da instituição mais relevante à menos relevante:

18. Instituição 1:

---

19. Instituição 2:

---

20. Instituição 3:

---

21. Instituição 4:

---

22. Instituição 5:

---

Como podemos  
contatar essa(s)  
instituição(ões)?

(Instagram, Site, E-mail, Telefone, etc.) - Você pode inserir mais de uma opção de contato no(s) espaço(s) abaixo:

08/09/22, 16:52

Mapeamento da Rede de Apoio à Mulheres Egressas do Sistema Prisional de Curitiba

23. Contato da instituição 1:

---

24. Contato da instituição 2:

---

25. Contato da instituição 3:

---

26. Contato da instituição 4:

---

27. Contato da instituição 5:

---

Agradecemos por sua ajuda na nossa pesquisa. Conheça o Projeto MEL UFPR pelas redes sociais: Instagram ( @mulhereslideres.ufpr ) ; Facebook ( /mulheresempreendedoraslideres ). Ou nos envie um e-mail no endereço: [mulheres@ufpr.br](mailto:mulheres@ufpr.br)



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

## ANEXO 1 — PROGRAMA TERTÚLIA: JORNADA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL PARA POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ - 13BT

# RUASP Rede de Universidades e Academias para a Segurança Pública

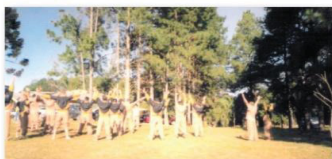
Relato de experiência

### PROGRAMA TERTÚLIA: JORNADA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL PARA POLICIAIS MILITARES do PARANÁ - 13BT

Maria Rita Taques Michalski  
UFPR - ESAF-PR - mariarita@ufpr.br

#### Apresentação

A **JORNADA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL** é um percurso de aprendizagem sobre si e o mundo, com foco nas várias **dimensões humanas (bio-psíquico-sócio-ambiental-espiritual)**. Até hoje, a jornada faz parte do Programa Tertúlia, um programa integrado e transdisciplinar de educação para a vida.



A edição elaborada para a Polícia Militar PM/PR foi resultado do aprimoramento de várias edições anteriores. Foi realizada para o **13 Batalhão de Polícia Militar do Paraná**.

#### Objetivo

proporcionar espaço de **reflexão e vivência**, no qual foram trabalhadas questões relativas ao **desenvolvimento pessoal**, estabelecendo ações para a melhoria da qualidade de vida e para a promoção da saúde, estudando o stress, a depressão e outros fatores relevantes ao policial tanto na vida pública quanto privada.

#### Método

O método desenvolveu-se em etapas, em um módulo por mês, em nove meses e tarefas semanais.



Tratar-se de um método **educação continuada**, de base filosófica sistêmica que envolve um processo de mudança de comportamento.

A **mudança de comportamento** entende-se no sentido de levar o indivíduo a responsabilizar-se por si mesmo, e ainda levá-lo a percepção de sua responsabilidade para com o todo do qual ele é parte.

Com um enfoque **multidisciplinar**, através do qual leva-se o indivíduo a refletir sobre suas necessidades vitais, dentro da visão de Ser Integral.

E também proporcionando e discutindo sobre ferramentas para que os participantes trabalhassem suas questões individuais e coletivas. Sempre com o **apoio técnico especializado**.

#### Resultados

Assim, a aparente anarquia de tantas linhas de pensamento reunidas, retratou a possibilidade de se viver em harmonia diante a diversidade, primordial para o trabalho do policial. Com o intuito também, de levar o indivíduo a criar o seu "próprio" posicionamento perante a vida, rever seus preconceitos. **"Ensinar a pensar e não o que pensar"**

#### Referências

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DELORS, Jacques; et al. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 1996.

Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>>. Acesso: out. 2017.

MICHALSKI, Maria Rita Taques— **Jornada de Desenvolvimento Pessoal-Dimensão Somática do Ser**. 2.ed.Curitiba -UFPR - abril de 2001a. 200 p.

NICOLESU, Basarab. **Um novo tipo de conhecimento transdisciplinaridade**. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>>. Acesso:out. 2017.

Realização



Apoio



## Anexo 2



Fonte: Acervo pessoal da autora



Fonte: Acervo pessoal da autora

## Anexo 3



## SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SESP

## DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN

## ESCRITÓRIO SOCIAL – ES

Meritíssimo(a) Juiz(a):

Considerando a Instrução Normativa 44/2021 – TJPR, a qual define as competências do Escritório Social, vejamos:

*Art. 12. Compete aos Escritórios Sociais as atividades de apoio voltadas ao controle da monitoração eletrônica efetuada pelos Postos Avançados de Monitoração, nos termos previstos no art. 11 desta Instrução Normativa e, em especial, nesta Seção.*

*§ 1º Quando o controle da monitoração eletrônica recair em monitorado que resida em localidade distinta da sede da regional, as atividades de apoio poderão ser articuladas com o respectivo Conselho da Comunidade, sempre que presente condições estruturais para tanto.*

*§ 2º Quando as circunstâncias do caso e as condições pessoais e de residência indicarem, as atividades de apoio referidas no inciso IV do art. 13 desta Instrução Normativa poderão ser realizadas por videoconferência.*

*Art. 13. Considera-se apoio às atribuições de controle aquelas atividades relacionadas:*

*I - à articulação com as equipes multidisciplinares locais, a fim de qualificar o atendimento às pessoas monitoradas e à análise dos incidentes registrados;*

*II - à mobilização com a rede de serviços de proteção social, instituições públicas, organizações não-governamentais e setor empresarial, para assegurar e ampliar os encaminhamentos de inclusão social, acesso a direitos fundamentais, com destaque para as áreas de assistência à saúde para usuários de drogas, álcool e outras substâncias psicoativas, saúde mental, trabalho, renda e qualificação profissional e assistência social e jurídica;*

*III - às visitas de acompanhamento às entidades que recebem a pessoa monitorada em programas e ações de inclusão social;*

*IV - à colaboração para o acompanhamento das condições fiadas na decisão judicial, a partir de interação individualizada com as pessoas monitoradas.*

Considerando o Artigo 13, Inciso II da Instrução Normativa 44/2021 em que cabe ao Escritório Social **mobilizar, entre outros, o setor empresarial, a fim de assegurar e ampliar os encaminhamentos de inclusão social, e acesso**

cc

Avenida Monteiro Tourinho, 1506, Tingui, CEP 82.600-000, Curitiba-Paraná.

Fone (41) 3251-3124 / 3251-3133 – e-mail: esocial@depen.pr.gov.br

a **direitos fundamentais**, isso tudo em harmonia com o Art. 12 Caput, que atribui **atividades de apoio, voltadas ao controle da monitoração eletrônica.**

**Considerando que o perfil da monitorada em tela foi selecionado por nossa equipe multidisciplinar, e foi considerado adequado para preencher uma vaga na capacitação Jornada de Desenvolvimento da Mulher Egressa do Sistema Penitenciário de Curitiba.**

Informo ao Douto Juízo a liberação da monitorada para a participação no referido evento **nas datas e horários constantes nos documentos em anexo**

Curitiba, 06 de outubro de 2021.

Joabe Wilson Lima Barbosa  
**Policial Penal**

cc